

CNPJ Nº 78.876.950/0001-71
Companhia Aberta de Capital Autorizado

**INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09, EM ATENDIMENTO
AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2013.**

**PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO**

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	5
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO EXIGIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM N° 481/09	49
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOS TERMOS DOS ITENS 12.6 A 12.10, DA INSTRUÇÃO CVM N° 480/09	55
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	62

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

O Conselho de Administração da Cia. Hering ("Companhia"), vem submeter, para exame e deliberação, a seguinte proposta:

Assembleia Geral Ordinária

- (i) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia e demais documentos, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2012, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.
- (ii) Aprovação do orçamento de capital da companhia para o exercício social de 2013.
- (iii) Aprovação da destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2012, correspondente a R\$ 311.013.722,18 (trezentos e onze milhões, treze mil, setecentos e vinte e dois reais e dezoito centavos), ajustado pelos acréscimos de R\$ 261.556,62 (duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), decorrente do ajuste de avaliação patrimonial e de R\$ 1.656.631,26 (um milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), em decorrência de ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão e saúde (ambos ajustes não considerados para fins de base de cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio), totalizando o lucro líquido ajustado o montante de R\$ 312.931.910,06 (trezentos e doze milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e dez reais e seis centavos), a ser apresentado à assembleia geral ordinária da Companhia, da seguinte forma:
 - a) R\$ 14.266.604,55 (quatorze milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), para a constituição de reserva legal;
 - b) R\$ 50.226.409,10 (cinquenta milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e nove reais e dez centavos), para a Reserva de Subvenção de Incentivos Fiscais;
 - c) R\$ 142.037.250,24 (cento e quarenta e dois milhões, trinta e sete mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), relativos a juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme deliberações do Conselho de Administração nas reuniões ocorridas em 14/06/2012, 17/10/2012 e 12/12/2012, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, os quais já foram pagos. Os juros sobre o capital próprio serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2012; e, R\$ 119.883.446,27 (cento e dezenove milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos), correspondente à R\$ 0,73 por ação, à título de dividendos a pagar (valor estimado, que poderá ser modificado para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia), sendo que R\$ 101.807.083,17 (cento e um milhões, oitocentos e sete mil, oitenta e três reais e dezessete centavos), refere-se ao resultado do exercício de 2012, e R\$ 18.076.363,10 (dezoito milhões, setenta e seis mil, trezentos e sessenta e três reais e dez centavos), serão distribuídos mediante a utilização de parte da reserva de retenção lucros constituída em exercícios anteriores. O Conselho propõe que o pagamento dos dividendos seja realizado em 29 de maio de 2013, tomando como base de cálculo a posição acionária do dia 25 de abril de 2013. As ações passarão a

ser negociadas sem o direito ao recebimento do dividendo a partir de 26 de abril de 2013; e,

- d) R\$ 4.594.563,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais), a título de retenção de lucros para fazer frente aos investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital.
- (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
- (v) Fixar a remuneração global anual para o exercício de 2013, em até R\$ 28.459.000,00 (vinte e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Consultivo da Companhia.

Observação: Anexo as informações exigidas pelas Instruções CVM n°s 480 e 481/09, em atendimento ao edital de convocação da assembleia geral ordinária.

Blumenau, 25 de março de 2013.

Conselho de Administração

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA
(ITEM 10 – IN 480/09)**

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências, e os seus recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

Na tabela abaixo são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Índices	Em 31 de dezembro de		
	2010	2011	2012
Liquidez corrente	2,36	2,85	2,70
Liquidez geral	1,73	2,11	2,23
Endividamento	72%	56%	51%
Retorno sobre o Ativo	23%	27%	26%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	40%	42%	40%

Em 31 de dezembro de 2012, o Ativo Circulante era de R\$ 851,2 milhões, e superava o Passivo Circulante de R\$ 315,0 milhões em um montante de R\$ 536,20 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,70. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 2,85 e 2,36.

O índice de endividamento total de 2012 era de 51% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o índice de endividamento total era, respectivamente, de 56% e 72%. A redução do índice de endividamento total deve-se principalmente ao aumento de caixa e equivalentes de caixa, e aumento de clientes, todos decorrentes das atividades operacionais. Nesses períodos a Companhia tem apresentado redução nos empréstimos de curto e longo prazo.

A Companhia tem mantido os altos níveis de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido. No exercício encerrado em 2012, o retorno foi de 40% sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido) e 26% sobre o Ativo (lucro líquido dividido pelo ativo total). No exercício encerrado em 2011, o retorno foi de 42% sobre o Patrimônio Líquido e 27% sobre o Ativo. No exercício encerrado em 2010, o retorno foi de 40% sobre o Patrimônio Líquido e 23% sobre o Ativo. Este nível de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido é decorrente do modelo de negócios da Companhia que combina alta alavancagem operacional com baixa necessidade de investimentos em ativos.

b. *estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:*

A tabela abaixo apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Estrutura de Capital - R\$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2010		2011		2012	
Capital de terceiros - circulante	262,2	28,9%	281,4	25,4%	315,0	26,6%
Capital de terceiros - não circulante	116,0	12,8%	115,8	10,4%	83,4	7,1%
Capital próprio - patrimônio líquido	528,2	58,3%	710,8	64,2%	784,0	66,3%
Total	906,4	100,0%	1.108,0	100,0%	1.182,3	100,0%

A diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia está alinhada com as expectativas de negócio e de investimentos da Cia Hering.

i. *hipóteses de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. *fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não aplicável

c. *capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento líquido da Companhia bem como a geração de caixa livre nos exercícios de 2010 a 2012:

Endividamento - R\$ milhões	2010	2011	2012
Curto Prazo	(27,8)	(11,8)	(24,6)
Longo Prazo	(26,1)	(23,1)	(0,2)
Total da Dívida	(53,9)	(34,9)	(24,7)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	115,8	200,8	194,5
(=) Caixa Líquido	61,9	165,9	169,8
Geração de Caixa Livre	78,6	190,0	208,7

A diretoria acredita que, mantidas: (i) as atuais condições econômicas e (ii) a implementação com sucesso da atual estratégia da empresa, a disponibilidade atual de recursos bem como a expectativa de geração de caixa operacional são suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. *fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas*

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia tem utilizado a própria geração de fluxo da caixa operacional como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa (vide alínea 'b' e 'c' deste item 10.1).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2013 serão: a retenção de lucros do exercício de 2012, conforme descrito no orçamento de capital para o exercício e a destinação do lucro do exercício de 2012, bem como as disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

Para garantir a continuidade das operações da Cia. Hering em situações de stress, a Política de Gestão de Caixa define um saldo mínimo de caixa baseado em premissas pessimistas sobre as operações. Desta forma, a Companhia tenta evitar a necessidade de contratação de financiamentos emergenciais para cobertura de deficiências de liquidez não previstas, que sempre implicam custos mais elevados.

Contudo, se ainda assim houver necessidade, a Companhia acredita que poderá estruturar ou obter, com seus principais bancos de relacionamento, novas linhas para contratação de capital de giro de acordo com os instrumentos disponíveis e condições de mercado vigentes à época da contratação.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía contratos de empréstimo e financiamentos que somavam R\$ 24,7 milhões, sendo que R\$ 24,6 milhões representavam empréstimo de curto prazo e R\$ 0,2 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Modalidade	Valor	Juros	Amortização	Vencimento	Garantias	Finalidade
Capital de giro	1.012	5,50% a.a.	Juros antecipados e principal no vencimento	abr/13	não há	Capital de Giro
Capital de giro	3.870	120,00% CDI	Juros mensais e principal em parcelas trimestrais	abr/13	não há	Capital de Giro
BNDES Revitaliza	9.603	9,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de maio/13.	jun/13	não há	Capital de Giro
BNDES Revitaliza	9.460	9,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de abril/13.	jun/13	não há	Capital de Giro
FNE	762	10,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de abril/10. Bônus por adimplência de 15%, nos pagamentos mensais.	mar/14	Garantia real	Investimentos
Total	24.707					

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía contratos de empréstimo e financiamentos que somavam R\$ 34,9 milhões, sendo que R\$ 11,8 milhões representavam empréstimo de curto prazo e R\$ 23,1 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Modalidade	Valor	Juros	Amortização	Vencimento	Garantias	Finalidade
Capital de giro	491	6,75% a.a.	Juros antecipados e principal no vencimento	mar/12	não há	Capital de Giro
Capital de giro	11.658	120,00% CDI	Juros mensais e principal em parcelas trimestrais	abr/13	não há	Capital de Giro
BNDES Revitaliza	9.451	9,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de maio/13.	jun/13	não há	Capital de Giro
BNDES	11.951	TJLP+ 5,00% a.a.	Principal e juros mensais. Bonus por adimplência ao final do contrato, no valor de R\$ 4.144 mil.	out/15	Garantia real	Investimentos
FNE	1.371	10,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de abril/10. Bônus por adimplência de 15%, nos pagamentos mensais.	mar/14	Garantia real	Investimentos
Total	34.922					

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía contratos de empréstimo e financiamentos que somavam R\$ 53,9 milhões, sendo que R\$ 27,8 milhões representavam empréstimo de curto prazo e R\$ 26,1 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Modalidade	Valor	Juros	Amortização	Vencimento	Garantias	Finalidade
Capital de giro	681	6,75% a.a.	Juros antecipados e principal no vencimento	abr/11	não há	Capital de Giro
Capital de giro	19.436	120,00% CDI	Juros mensais e principal em parcelas trimestrais	abr/13	não há	Capital de Giro
BNDES PSI	14.204	7,00% a.a.	Juros mensais e principal em duas parcelas em novembro e dezembro de 2011	dez/11	não há	Capital de Giro

BNDES	15.258	TJLP + 5,00% a.a.	Principal e juros mensais. Bonus por adimplência ao final do contrato, no valor de R\$ 4.144 mil.	out/15	Garantia real	Investimentos
FNE	1.258	10,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de abril/10. Bônus por adimplência de 15%, nos pagamentos mensais.	mar/14	Garantia real	Investimentos
FCO	3.067	10,00%a.a.	Juros mensais juntamente com o principal. Bonus por adimplência de 15% nos pagamentos mensais.	ago/18	Garantia real	Investimentos
Total	53.904					

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia firmou em 05 de novembro de 2007, convênio para Emissão de Cartão de Crédito Co-branded, com a Losango Promoções de Vendas Ltda. e HSBC Bank Brasil SA., em caráter de exclusividade. Este convênio prevê a emissão do Cartão e sua oferta e disponibilização no âmbito da Rede de Lojas Hering Store, com prazo de 10 (dez) anos, a partir de sua assinatura.

Em relação aos processos que a Companhia mantém com a Massa Falida do Banco Santos, figurando como parte passiva, a Companhia apresentou a garantia ao juízo em 13/12/2012, através da fiança bancária no montante de R\$ 65,0 milhões, contratada junto ao Itaú BBA em 11/12/2013, por prazo indeterminado.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação:

- a) Quirografárias: sem garantias (títulos de crédito em geral)
- b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca)

Em 31 de dezembro de 2012, do total de R\$ 398,4 milhões de endividamento, R\$ 0,8 milhões são classificados como privilegiados e R\$ 397,6 milhões, como quirografários.

Em 31 de dezembro de 2011, do total de R\$ 397,2 milhões de endividamento, R\$ 13,3 milhões são classificados como privilegiados e R\$ 383,9 milhões como quirografários.

Em 31 de dezembro de 2010, do total de R\$ 378,2 milhões de endividamento, R\$ 19,6 milhões são classificados como privilegiados e R\$ 358,6 milhões como quirografários.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

a) Os contratos mantidos com os agentes financeiros dentro do Programa Revitaliza Exportação (BNDES), ambos com vencimento em 15/06/2013, preveem a possibilidade do agente financeiro decretar o vencimento antecipado dos respectivos contratos e exigir a imediata liquidação da dívida nas seguintes hipóteses:

I – inadimplemento de qualquer obrigação da Beneficiária ou do Interviente;

II – inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Beneficiária pertença;

III – o controle efetivo, direto ou indireto, da Beneficiária sofrer modificação após a contratação da operação, seja por incorporação, fusão, transferência, cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o Agente Financeiro tenha se manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente o Contrato; ou

IV- falsidade da declaração a que alude o artigo 1º, §1º, alínea 'c', do Decreto nº 99.476, de 24.08.90;

V- inclusão em acordo societário, estatuto, ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlem de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em: i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; ii) restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; ou iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;

VI - redução do quadro de pessoal da Companhia sem atendimento à exigência de oferecimento de programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

b) A Companhia também possui contratos financeiros que requerem a manutenção de índices financeiros (covenants), verificados trimestralmente, a saber:

a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses não poderá ser superior a 2,5 (dois vírgula cinco);

a relação entre o EBITDA e a Despesa Financeira Líquida não poderá ser inferior a 2,0 (dois); sendo que, para fins de apuração do índice, considera-se:

“EBITDA dos últimos 12 (doze) meses” o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos quatro últimos trimestres;

“EBITDA” o somatório: do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, das despesas de depreciação e amortização, das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e do resultado não operacional ocorrido no mesmo período;

“Dívida Líquida” o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo, mas não limitado, a empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de hedge (“Dívida Bruta”), e deduzido do saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata; e

“Despesa Financeira Líquida” definida como (i) o somatório das despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas

bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundas de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, o IOF, descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil;

“Patrimônio Líquido” é formado pelo grupo de contas que registra o valor contábil pertencente aos acionistas ou quotistas.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a empresa possuía um total de R\$ 2,1 milhões em linhas de financiamento a processos produtivos advindas do BNB, cujos valores foram totalmente desembolsados. O saldo devedor do financiamento era de R\$ 761,6 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a empresa possuía um total de 2,1 milhões em linhas de financiamento a processos produtivos advindas do BNB, cujos valores foram totalmente desembolsados. O saldo devedor do financiamento era de R\$ 1,4 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a empresa possuía um total de 10,9 milhões em linhas de financiamento a processos produtivos advindas do FCO e BNB, dos quais R\$ 5,2 milhões foram desembolsados. O saldo devedor dos financiamentos totalizava R\$ 4,3 milhões.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Descrição das principais contas da demonstração de resultados:

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas é calculada como o resultado da receita bruta de vendas após descontadas as deduções de vendas.

A receita bruta de vendas no mercado interno é composta de vendas dos produtos das marcas “Hering”, “Hering Kids”, “PUC”, “dzarm.”, outras vendas e de *royalties* pelo uso das marcas. No mercado externo, a receita é proveniente de vendas de produtos de marcas próprias para franquias e clientes multimarcas. As receitas brutas são contabilizadas pelo regime de competência, no momento em que são transferidos os riscos e benefícios das mercadorias ao comprador, ou no caso das lojas próprias no momento em que a mercadoria é vendida ao consumidor, excluídas as devoluções de produtos.

As deduções de vendas incluem tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e abatimentos.

Tributos sobre vendas: as vendas no mercado interno são tributadas pelo ICMS, PIS e Cofins. Todos esses tributos estão refletidos na linha de “Deduções de Vendas” das demonstrações financeiras. Não há incidência desses tributos sobre as vendas realizadas ao mercado externo.

Abatimentos: consistem em eventuais descontos nos preços de produtos em função de negociações comerciais com clientes, lojas franqueadas e Lojas Multimarcas.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos compreende, em ordem de relevância, as despesas com mão-de-obra direta e indireta (i.e., serviços de terceiros), matérias-primas, insumos, custos com produção, como

energia elétrica e gás combustível, produtos adquiridos de terceiros e depreciação. A representatividade desses custos, em relação ao total do custo dos produtos vendidos em 2012, foi: custos com pessoal 19,1%, custos com matérias-primas 21,6%, custos com serviços de terceiros 18,6%, custos com insumos 7,3%, custos com energia elétrica e gás combustível 2,2%, custos com produtos de terceiros, adquiridos de acordo com a política de *make or buy* 27,8%, depreciação 2,0% e outros custos 1,4%.

Margem Bruta

A margem bruta é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo dos produtos vendidos, expressa como porcentagem da receita líquida de vendas.

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são divididas em variáveis e fixas. As despesas variáveis consistem, principalmente, em fretes, comissões sobre vendas e provisão para devedores duvidosos, e variam de acordo com o volume de vendas. As despesas fixas consistem em despesas com os colaboradores das lojas próprias e centros de produção e de distribuição, publicidade e propaganda, pesquisa e desenvolvimento de produtos, despesas de viagem dos colaboradores da área comercial, despesas de gestão de lojas próprias, tais como aluguéis e encargos locatícios, e manutenção de equipamentos, cujas variações não estão diretamente relacionadas com o volume de vendas. Em 2012, as despesas variáveis e fixas com vendas representaram, conjuntamente, 16,3% da receita líquida de vendas.

Remuneração de Administradores

Os principais componentes da remuneração de administradores são a remuneração e gratificações pagas aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Consultivo e respectivos encargos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas incluem todas as despesas relacionadas à administração, excluindo a remuneração de administradores mencionada acima, principalmente salários e encargos sociais dos colaboradores das áreas de recursos humanos, tecnologia, controladoria, financeiro e jurídico, e também gastos recorrentes com assistência técnica profissional terceirizada, como advogados, auditores e consultores. Tais despesas variam principalmente de acordo com o número de funcionários, política salarial, acordos coletivos de trabalho e preços praticados pelos profissionais terceirizados.

Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação e amortização dizem respeito à depreciação e amortização dos bens, instalações e equipamentos, e são calculadas com base na vida útil estimada desses bens, instalações e equipamentos.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras (despesas) receitas operacionais incluem principalmente itens não-recorrentes, atípicos e não relacionados à atividade principal da Companhia. São consideradas (despesas) receitas não-

recorrentes ganhos (perdas) de ações judiciais, despesas correspondentes com advogados e venda ou a baixa de bens do ativo imobilizado, deduzidos os custos de aquisição desses bens.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de despesas e receitas financeiras líquidas, o que inclui basicamente encargos sobre empréstimos tomados pela Companhia, encargos sobre obrigações e parcelamentos fiscais, IOF, receitas financeiras sobre investimentos financeiros, variação cambial ativa e passiva e ganhos e perdas com instrumentos financeiros que são reconhecidos no resultado. As despesas e receitas financeiras, bem como as despesas e receitas atreladas à variação cambial, são reconhecidas no resultado quando do efetivo rendimento do ativo ou incidência do encargo ou ocorrência de variação cambial, de acordo com o regime de competência.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício consiste do lucro após a tributação pelo imposto de renda e contribuição social e exclusão do resultado da participação dos minoritários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Enquadramo-nos na tributação sobre o lucro Real e é recolhido o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os quais, em conjunto, correspondem a aproximadamente até 34% do resultado tributável.

Descrição do EBITDA

A inclusão de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida do desempenho econômico operacional. O EBITDA consiste no lucro líquido antes de impostos sobre a renda e contribuições sociais, despesas financeiras líquidas e depreciação e amortização.

Demonstrativo de Resultados – DRE 2011 x 2012

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	31/12/11	AV %	31/12/12	AV %	Varição 2011 - 2012	%
Receita operacional líquida	1.353.233	100,0%	1.491.316	100,0%	138.083	10,2%
Custo dos produtos vendidos	(697.381)	-51,5%	(812.137)	-54,5%	(114.756)	16,5%
Lucro bruto	655.852	48,5%	679.179	45,5%	23.327	3,6%
Receitas (despesas) operacionais	(290.734)	-21,5%	(306.049)	-20,5%	(15.315)	5,3%
Vendas	(212.549)	-15,7%	(243.043)	-16,3%	(30.494)	14,3%
Administrativas e gerais	(30.561)	-2,3%	(36.018)	-2,4%	(5.457)	17,9%
Honorários da administração	(6.527)	-0,5%	(7.006)	-0,5%	(479)	7,3%
Depreciação e amortização	(15.476)	-1,1%	(17.288)	-1,2%	(1.812)	11,7%
Participação nos resultados	(28.790)	-2,1%	(3.691)	-0,2%	25.099	-87,2%
Outras receitas operacionais líquidas	3.169	0,2%	997	0,1%	(2.172)	-68,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	365.118	27,0%	373.130	25,0%	8.012	2,2%
Receitas financeiras	63.834	4,7%	66.723	4,5%	2.889	4,5%
Despesas financeiras	(34.138)	-2,5%	(29.384)	-2,0%	4.754	-13,9%
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	394.814	29,2%	410.469	27,5%	15.655	4,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(100.840)	-7,5%	(95.911)	-6,4%	4.929	-4,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.300	0,2%	(3.544)	-0,2%	(6.844)	207,4%
Lucro líquido do exercício	297.274	22,0%	311.014	20,9%	13.740	4,6%
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	297.274	22,0%	311.014	23,0%	13.740	4,6%
Não controladores	-	0,0%	-	0,0%	-	N.D

Receita de Vendas por marca e canal

A receita líquida de vendas aumentou 10,2%, ou R\$ 138,1 milhões, passando de R\$ 1.353,2 milhões em 2011 para R\$ 1.491,3 milhões em 2012.

A receita bruta de vendas aumentou 8,9%, ou R\$ 146,4 milhões, passando de R\$ 1.647,3 milhões em 2011 para R\$ 1.793,7 milhões em 2012, com crescimento de receita em três das quatro marcas (Hering, Hering Kids e PUC).

O aumento da receita bruta de vendas deveu-se, sobretudo ao aumento da receita bruta de vendas ao mercado interno da marca "Hering" em 8,7% ou R\$ 108,6 milhões, conforme abaixo explicado:

Receitas por marca (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2011	AV %	2012	AV %	Varição 2011 - 2012	%
Receita Bruta Total	1.647.308	100%	1.793.661	100%	146.353	8,9%
Mercado Interno	1.625.932	98,7%	1.766.570	98,5%	140.638	8,6%
Mercado Externo	21.376	1,3%	27.091	1,5%	5.715	26,7%
Receita Bruta Mercado Interno	1.625.932	98,7%	1.766.570	98,5%	140.638	8,6%
Hering	1.243.013	75,3%	1.351.636	75,4%	108.623	8,7%
Varejo	498.439	30,3%	533.075	29,7%	34.636	6,9%
Franquias	534.159	32,3%	595.048	33,2%	60.889	11,4%
Webstore	8.954	0,5%	13.548	0,8%	4.594	51,3%
Lojas Próprias	201.461	12,2%	209.965	11,7%	8.504	4,2%
Hering Kids	116.395	7,1%	142.265	7,9%	25.870	22,2%
Varejo	96.724	5,9%	111.628	6,2%	14.904	15,4%
Franquias (Hering Store)	13.869	0,8%	20.054	1,1%	6.185	44,6%
Webstore	914	0,1%	1.614	0,1%	700	76,6%
Lojas Próprias	4.888	0,3%	8.969	0,5%	4.081	83,5%
PUC	125.026	7,6%	141.454	7,9%	16.428	13,1%
Varejo	84.478	5,1%	95.540	5,3%	11.062	13,1%
Franquias	34.393	2,1%	37.022	2,1%	2.629	7,6%
Webstore	1.016	0,1%	2.010	0,1%	994	97,8%
Lojas Próprias	5.139	0,3%	6.882	0,4%	1.743	33,9%
dzarm.	98.046	6,0%	96.993	5,4%	(1.053)	-1,1%
Varejo	95.767	5,8%	93.905	5,2%	(1.862)	-1,9%
Franquias	-	0,0%	-	0,0%	0	N.D
Webstore	1.334	0,1%	2.283	0,1%	949	71,1%
Lojas Próprias	945	0,1%	805	0,0%	(140)	-14,8%
Outras	43.452	2,8%	34.222	1,9%	(9.230)	-21,2%

Mercado Interno

No ano de 2012, três das quatro marcas (Hering, Hering Kids e PUC) apresentaram crescimento em vendas, com destaque para o desempenho da Hering, que representou 75,4% das vendas totais da Empresa.

Marca "Hering": aumento da receita bruta de vendas da marca "Hering" de 8,7%, ou R\$ 108,6 milhões, passando de R\$ 1.243,0 milhões em 2011 para R\$ 1.351,6 milhões em 2012. Com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, a Hering destaca-se por ser uma marca com:

- Alto valor percebido pelos clientes – marca desejada por oferecer produtos básicos com qualidade e moda acessível, e boa relação custo x benefício;
- Inovação constante – apresentação de seis coleções no ano, divididas em dois ciclos, com lançamento de novidades constantes;

Em 2012, as vendas brutas da marca apresentaram crescimento moderado em todos os canais de distribuição, exceto pelo canal webstore, com desempenho mais forte (51,3%). A performance de vendas da marca como um todo foi impactada negativamente pelos seguintes fatores: (i) desaceleração econômica e de consumo de vestuário, (ii) inverno tardio, (iii) menor assertividade na

coleção do 2T12 e (iv) planejamento de produção desalinhado com a demanda, que apresentou tendência de reaceleração no 4T12. A adição de 83 lojas à rede deu sequência à ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e também contribuiu para o aumento da penetração no varejo multimarcas.

Marca “Hering Kids”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering Kids” de 22,2%, ou R\$ 25,9 milhões, passando de R\$ 116,4 milhões em 2011 para R\$ 142,3 milhões em 2012. Extensão da marca Hering com foco no conceito ‘mini adulto’, a Hering Kids oferece produtos casuais e básicos, com boa relação custo X benefício. Ainda sob o impacto da nova estratégia para o mercado infantil adotada a partir do 4T10, as vendas brutas da Hering Kids cresceram 22,2% em 2012. Todos os canais apresentaram crescimento de vendas significativo, o que demonstra a assertividade da nova estratégia. Em 2012 foi implementada a rede de lojas no formato individual Hering Kids com a abertura de 22 lojas, contribuindo para o processo de ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e para o destaque da performance dos canais de franquias e lojas próprias, que cresceram 44,6% e 83,5% no ano, respectivamente.

Marca “PUC”: aumento da receita bruta de vendas da marca “PUC” de 13,1%, ou R\$ 16,5 milhões, passando de R\$ 125,0 milhões em 2011 para R\$ 141,5 milhões em 2012. O posicionamento da marca PUC é focado no público infantil das classes A e B, com a oferta de produtos de alta qualidade, para uso em ocasiões especiais. A rede de lojas PUC, após o reforço de seu posicionamento nos segmentos *Better* e *Premium*, tem passado por um período de ajustes, sendo que algumas de suas lojas que não estão de acordo com a estratégia atual, foram reavaliadas e algumas dessas operações foram descontinuadas. Como resultado deste reposicionamento, as vendas brutas da PUC cresceram 13,1% no ano de 2012.

Marca “dzarm.”: queda da receita bruta de vendas da marca “dzarm” de 1,1%, ou R\$ 1,1 milhões, passando de R\$ 98,1 milhões em 2011 para R\$ 97,0 milhões em 2012, após crescimento bastante expressivo no varejo multimarcas entre 2007 e 2011, que resultou em aumento significativo de penetração neste canal, a marca dzarm. teve dificuldades em dar continuidade ao desenvolvimento de seu potencial de crescimento em 2012, especialmente considerando o fato de que possui apenas uma loja flagship ainda pouco explorada.

A dzarm. continua explorando as mídias sociais com crescente alcance ao público jovem, aproximando a marca de seu público alvo.

Canal de distribuição Webstore: a operação de e-commerce da Cia. Hering engloba as quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) e, assim como nos demais trimestres do ano, apresentou o crescimento mais expressivo dentre todos os canais de distribuição da Companhia sendo de 59,2% em 2012.

O recente lançamento da nova webstore, já passada a fase de ajustes para melhor funcionamento da plataforma, está concluído, possibilitando o contínuo crescimento do canal. Em continuidade às ações já implementadas ao final de 2011, tal como a criação de uma estrutura específica de logística e distribuição para atender ao canal online de forma mais eficiente, os investimentos em TI e esta versão atualizada da webstore têm como objetivo proporcionar ao consumidor uma experiência de compra mais agradável, de modo a impulsionar as vendas online. A Cia.Hering continuará explorando o potencial da webstore.

Outros: outras receitas reduziu 21,2%, ou R\$ 9,2 milhões, passando de R\$ 43,5 milhões em 2011 para R\$ 34,2 milhões em 2012, principalmente pela diminuição do volume de revenda de saldos de mercadorias.

Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 1,5% em 2012, comparada com 1,3% em 2011. A receita bruta de vendas ao mercado externo, em Reais aumentou em 26,7%, ou R\$ 5,7 milhões, passando de R\$ 21,4 milhões em 2011 para R\$ 27,1 milhões em 2012.

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina. A Empresa encerrou 2012 com 17 lojas no exterior, havendo duas inaugurações no ano - uma no Uruguai e outra no Paraguai.

As vendas no mercado internacional foram impactadas positivamente pela reestruturação bem sucedida das operações no Uruguai, câmbio favorável a exportações e retomada na performance de vendas para o canal multimarcas no final do ano.

A Companhia continua buscando oportunidades de explorar o potencial de suas marcas na América Latina, apesar dos obstáculos existentes no modelo de exportação a partir do Brasil.

Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos cresceu 16,5%, ou R\$ 114,8 milhões, passando de R\$ 697,4 milhões em 2011, para R\$ 812,1 milhões em 2012, devido principalmente, ao reflexo do aumento da receita bruta de vendas, combinado à pressão proveniente de câmbio desvalorizado sobre importados e custos maiores de frete e horas extras incorridas nas áreas produtivas no final do ano.

O lucro bruto aumentou 3,6%, ou R\$ 23,3 milhões, passando de R\$ 655,8 milhões em 2011 para R\$ 679,2 milhões em 2012. O aumento do lucro bruto em 2012 foi menor que em 2011, principalmente em função dos itens que afetaram custos mencionados anteriormente e do maior nível de desconto concedido sobre produtos restantes das coleções de outono/inverno.

Conseqüentemente, a margem bruta reduziu 3,0 pontos percentuais, passando de 48,5% em 2011 para 45,5% em 2012.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 5,3 %, ou R\$ 15,3 milhões, passando de R\$ 290,7 milhões em 2011 para R\$ 306,0 milhões em 2012, devido aos fatores explicados abaixo:

Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 14,3%, ou R\$ 30,5 milhões, passando de R\$ 212,5 milhões em 2011 para R\$ 243,0 milhões em 2012, em função de (i) aumento de 8,7%, ou R\$ 7,5 milhão, das despesas variáveis de venda, devido ao aumento da receita bruta de vendas e respectivo pagamento de comissões, fretes e outras despesas relacionadas às vendas, e (ii) aumento geral das despesas fixas de venda de 18,2% ou R\$ 23,0 milhões, especialmente em (a) despesas com aluguéis que aumentaram em 21,4%, ou R\$ 3,8 milhões, devido a renovação de contratos de aluguéis de algumas das lojas próprias que apresentaram aumento relevante em relação ao contrato anterior e ao aumento do número de lojas próprias; (b) despesas com marketing, que aumentaram em 29,3%, ou R\$ 8,2

milhões, devido ao aumento de divulgações em mídia; (c) despesas com salários, encargos e benefícios que aumentaram 7,2% ou R\$ 3,8 milhões, devido aumento do número de funcionários da retaguarda de vendas e das lojas próprias.

Despesas Gerais e Administrativas

Aumento das despesas gerais e administrativas em 17,9%, ou R\$ 5,5 milhões, passando de R\$ 30,6 milhões em 2011 para R\$ 36,0 milhões em 2012. Essa variação é decorrente principalmente da manutenção de gastos e aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria, bem como gastos com projetos de consultoria.

Remuneração de Administradores

Aumento das despesas com remuneração de administradores em 7,3%, ou R\$ 0,5 milhões, de R\$ 6,5 milhões em 2011 para R\$ 7,0 milhões em 2012, devido a aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria.

Depreciação e Amortização

Aumento da depreciação e amortização em 11,7%, ou R\$ 1,8 milhões, passando de R\$ 15,5 milhões em 2011 para R\$ 17,3 milhões em 2012. Esse aumento foi principalmente devido ao aumento dos investimentos destinados à área industrial e à infraestrutura de TI.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Redução no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em R\$ 2,2 milhões, passando de R\$ 3,2 milhões em 2011 para R\$ 1,0 milhão em 2012. Essa variação ocorreu em função de eventos não-recorrentes que haviam impactado positivamente o ano de 2011 (ganho de créditos tributários).

Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 37,3 milhões em 2012, comparado a R\$ 29,7 milhões em 2011. O aumento do resultado financeiro em R\$ 7,6 milhões ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores (i) aumento nos rendimentos de aplicação financeira de R\$ 5,1 milhões em 2012; (ii) aumento em outras receitas financeiras de R\$ 4,9 milhões em 2012, principalmente em função da dispensa de pagamento de parcela do empréstimo do BNDES por comprovação da adimplência durante o período de vigência do contrato e (iii) redução de R\$ 3,9 milhões no montante de juros sobre tributos recuperados devido a valor não recorrente reconhecido em 2011, de atualização monetária de tributos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes apresentaram uma redução de 4,9% em 2012, ou R\$ 4,9 milhões, passando de R\$ 100,8 milhões em 2011 para R\$ 95,9 milhões em 2012. Essa redução da despesa de imposto de renda se deu principalmente em função de maior constituição de subvenções para investimentos (R\$ 13,6 milhões em 2011 e R\$ 15,2 milhões em 2012) e pagamento de juros sobre capital próprio (R\$ 10,6 milhões em 2011 e R\$ 14,3 milhões em 2012) em 2012.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 2012 apresentaram redução de 207,4% ou R\$ 6,8 milhões, passando de R\$ 3,3 milhões em 2011 para (R\$ 3,5 milhões) em 2012. Essa variação deveu-se principalmente a: (i) (R\$ 4,3 milhões) referentes a constituição sobre adições temporárias em 2012, e R\$ 0,6 milhão referente a adição (exclusão) temporária de benefícios a empregados.

Lucro Líquido

Foi registrado um crescimento do lucro líquido de 4,6%, ou R\$ 13,7 milhões, passando de R\$ 297,3 milhões em 2011 para R\$ 311,0 milhões em 2012. Os principais fatores associados a estes resultados são:

Resultado operacional mais fraco com baixo crescimento de EBITDA e queda de margem EBITDA, em parte compensados por:

- (i) Aumento na receita financeira líquida devido ao maior nível de despesa financeira no ano de 2011 em variação cambial, quando houve alta significativa na cotação do dólar, e
- (ii) Menor incidência de imposto de renda e contribuição social, em função de maior constituição de subvenções para investimentos e pagamento de juros sobre capital próprio em 2012.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2011	2012	Varição 2011 - 2012	%
Lucro líquido do exercício	297.274	311.014	13.740	4,6%
(+) IR, CS e Participações	97.540	99.455	1.915	2,0%
(-) Receita Financeira Líquida	(29.696)	(37.339)	(7.643)	25,7%
(+) Depreciações e Amortizações	29.346	34.266	4.920	16,8%
(=) EBITDA	394.464	407.396	12.932	3,3%
Margem EBITDA	29,1%	27,3%	1,8 p.p	

O EBITDA aumentou 3,3%, ou R\$ 12,9 milhões, passando de R\$ 394,5 milhões em 2011 para R\$ 407,4 milhões em 2012, cujos principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento de 8,9% na **receita bruta de vendas**.
- Queda de -3,0 p.p. na **margem bruta** em 2012 devido a: (i) maior nível de desconto concedido sobre produtos restantes das coleções de outono/inverno; (ii) pressão proveniente de câmbio desvalorizado sobre importados e (iii) custos maiores de frete e horas extras incorridas nas áreas produtivas no final do ano.
- Redução significativa de despesas com **participação nos resultados** de -87,2% em 2012, em função do não atingimento de indicadores de desempenho.
- Redução em **outras receitas (despesas) operacionais** em -68,5% (R\$ 2,2 milhões) no ano devido a eventos não recorrentes que haviam impactado positivamente o ano de 2011 (ganho de créditos tributários).

Demonstrativo de Resultados – DRE 2010 x 2011

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	31/12/10	AV %	31/12/11	AV %	Variação 2010 - 2011	%
Receita operacional líquida	1.013.486	100,0%	1.353.233	100,0%	339.747	33,5%
Custo dos produtos vendidos	(511.554)	-50,5%	(697.381)	-51,5%	(185.827)	36,3%
Lucro bruto	501.932	49,5%	655.852	48,5%	153.920	30,7%
Receitas (despesas) operacionais	(248.563)	-24,5%	(290.734)	-21,5%	(42.171)	17,0%
Vendas	(170.098)	-16,8%	(212.549)	-15,7%	(42.451)	25,0%
Administrativas e gerais	(26.855)	-2,6%	(30.561)	-2,3%	(3.706)	13,8%
Honorários da administração	(6.096)	-0,6%	(6.527)	-0,5%	(431)	7,1%
Depreciação e amortização	(12.106)	-1,2%	(15.476)	-1,1%	(3.370)	27,8%
Participação nos resultados	(23.364)	-2,3%	(28.790)	-2,1%	(5.426)	23,2%
Outras despesas operacionais líquidas	(10.044)	-1,0%	3.169	0,2%	13.213	-131,6%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	253.369	25,0%	365.118	27,0%	111.749	44,1%
Receitas financeiras	38.236	3,8%	63.834	4,7%	25.598	66,9%
Despesas financeiras	(28.138)	-2,8%	(34.138)	-2,5%	(6.000)	21,3%
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	263.467	26,0%	394.814	29,2%	131.347	49,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(49.332)	-4,9%	(100.840)	-7,5%	(51.508)	104,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.122)	-0,2%	3.300	0,2%	5.422	-255,5%
Lucro líquido do exercício	212.013	20,9%	297.274	22,0%	85.261	40,2%
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	212.017	20,9%	297.274	22,0%	85.257	40,2%
Não controladores	(4)	0,0%	-	0,0%	4	-100,0%

Receita de Vendas por marca e canal

A receita líquida de vendas aumentou 33,5%, ou R\$ 339,7 milhões, passando de R\$ 1.013,5 milhões em 2010 para R\$ 1.353,2 milhões em 2011.

A receita bruta de vendas aumentou 33,4%, ou R\$ 412,2 milhões, passando de R\$ 1.235,1 milhões em 2010 para R\$ 1.647,3 milhões em 2011, com crescimento de vendas de dois dígitos em todas as marcas.

O aumento da receita bruta de vendas deveu-se, sobretudo ao aumento da receita bruta de vendas ao mercado interno da marca “Hering” em 32,1% ou R\$ 301,9 milhões, conforme abaixo explicado:

Receitas por marca (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2010	AV %	2011	AV %	Variação 2010 - 2011	%

Receita Bruta Total	1.235.121	100%	1.647.308	100%	412.187	33,4%
Mercado Interno	1.213.951	98,3%	1.625.932	98,7%	411.981	33,9%
Mercado Externo	21.170	1,7%	21.376	1,3%	206	1,0%
Receita Bruta Mercado Interno	1.213.951	98,3%	1.625.932	98,7%	411.981	33,9%
Hering	941.080	76,2%	1.243.013	75,5%	301.933	32,1%
Varejo	382.140	30,9%	498.439	30,3%	116.299	30,4%
Franquias	380.339	30,8%	534.159	32,4%	153.820	40,4%
Webstore	4.301	0,3%	8.954	0,5%	4.653	108,2%
Lojas Próprias	174.299	14,1%	201.461	12,2%	27.162	15,6%
Hering Kids	82.199	6,7%	116.395	7,1%	34.196	41,6%
Varejo	70.468	5,7%	96.724	5,9%	26.256	37,3%
Franquias (Hering Store)	11.102	0,9%	13.869	0,8%	2.767	24,9%
Webstore	393	0,0%	914	0,1%	521	132,8%
Lojas Próprias	235	0,0%	4.888	0,3%	4.653	1977,5%
PUC	98.776	8,0%	125.026	7,6%	26.250	26,6%
Varejo	61.698	5,0%	84.478	5,1%	22.780	36,9%
Franquias	30.657	2,5%	34.393	2,1%	3.736	12,2%
Webstore	449	0,0%	1.016	0,1%	567	126,5%
Lojas Próprias	5.973	0,5%	5.139	0,3%	(834)	-14,0%
dzarm.	68.932	5,6%	98.046	6,0%	29.114	42,2%
Varejo	68.501	5,5%	95.767	5,8%	27.266	39,8%
Franquias	-	0,0%	-	0,0%	0	N.D
Webstore	292	0,0%	1.334	0,1%	1.042	356,9%
Lojas Próprias	139	0,0%	945	0,1%	806	579,7%
Outras	22.964	1,9%	43.452	2,6%	20.488	89,2%

Mercado Interno

No ano de 2011 as quatro marcas da Cia. Hering apresentaram crescimento em vendas de dois dígitos, com destaque para o desempenho da Hering, que representou 75,5% das vendas totais da Empresa.

Marca “Hering”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering” de 32,1%, ou R\$ 301,9 milhões, passando de R\$ 941,1 milhões em 2010 para R\$ 1.243,0 milhões em 2011. O crescimento expressivo apresentado pela marca em 2010 é resultado da conjugação dos seguintes fatores:

Alto valor percebido pelos clientes – marca desejada por oferecer produtos básicos com qualidade e moda acessível, e boa relação custo x benefício;

Inovação constante – apresentação de seis coleções no ano, divididas em dois ciclos, com lançamento de novidades constantes;

Em 2011, as vendas brutas da marca mantiveram crescimento expressivo em todos os canais de distribuição, sustentadas pelos fatores mencionados acima referentes ao valor percebido pelos clientes e inovação trazidos pela marca, bem como à expansão da rede de distribuição combinada às campanhas de marketing realizadas ao longo do ano para cada coleção. A adição de 85 lojas à rede deu sequência à ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e também contribuiu para o aumento da penetração no varejo multimarcas.

No conceito *sell in* (vendas para franquias e varejo multimarcas), foram comercializadas no 4T11 as coleções de alto verão e férias, complementadas por coleções fast fashion, com estampas femininas e masculinas, e pela inclusão de saias longas, que se caracterizaram como o produto de destaque no final do ano. A Companhia também apostou em uma cartela de cores diversificada para a coleção de alto verão. As campanhas de marketing de final de ano trouxeram resultados positivos, com destaque para a campanha “Amigo Secreto Hering”, que contou com ações de merchandising nas redes sociais, vitrine das lojas, mídia editorial e interação com blogueiras.

Marca “Hering Kids”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering Kids” de 41,6%, ou R\$ 34,2 milhões, passando de R\$ 82,2 milhões em 2010 para R\$ 116,4 milhões em 2011. Extensão da marca Hering com foco no conceito ‘mini adulto’, a Hering Kids oferece produtos casuais e básicos, com boa relação custo X benefício. Em 2011, todos os canais apresentaram crescimento de vendas significativo, o que demonstra a assertividade da nova estratégia. Destaque para o bom desempenho das lojas piloto Hering Kids, além do crescimento expressivo do canal varejo multimarca. Outro ponto relevante foi a linha bebê Hering Kids, que completou um ano de existência e participou, pela primeira vez, da coleção de Natal. No 4T11, foi inaugurada mais uma loja piloto no Shopping Interlagos, em São Paulo, totalizando cinco lojas Hering Kids em 2011. Os resultados positivos apresentados por estas unidades bem como as avaliações quantitativas e qualitativas realizadas nos últimos meses deram confiança à Administração da Companhia, que decidiu desenvolver uma rede de lojas no formato Hering Kids, cujo processo de expansão acontecerá em 2012.

Marca “PUC”: aumento da receita bruta de vendas da marca “PUC” de 26,6%, ou R\$ 26,2 milhões, passando de R\$ 98,8 milhões em 2010 para R\$ 125,0 milhões em 2011. O posicionamento da marca PUC é focado no público infantil das classes A e B, com a oferta de produtos de alta qualidade, para uso em ocasiões especiais. Com destaque para o crescimento das vendas para o varejo multimarcas e para o crescimento de venda no conceito mesmas lojas na Rede PUC, como resultado da nova estratégia de posicionamento da marca. A partir do 4T10, com a revisão da estratégia da Companhia para o mercado infantil, a PUC passou por ajustes no sortimento de produtos e nas faixas de preço, com o objetivo de reforçar seu posicionamento nos segmentos Better e Premium. Como consequência, algumas lojas da rede PUC que não estão de acordo com a estratégia atual, estão sendo reavaliadas e algumas dessas operações estão sendo descontinuadas.

Marca “dzarm.”: aumento da receita bruta de vendas da marca “dzarm” de 42,2%, ou R\$ 29,1 milhões, passando de R\$ 68,9 milhões em 2010 para R\$ 98,0 milhões em 2011, reflexo dos resultados da estratégia iniciada em agosto de 2009. Com foco no público jovem das classes A e B, a marca dzarm. aposta no estilo jeanswear casual, com coleções modernas que seguem as tendências de moda. No final de 2010, foi inaugurada a primeira loja ‘flagship’ dzarm., com importante papel na reintrodução da marca em shopping centers. Na coleção de alto verão, o destaque ficou para a linha de calçados, com a introdução da comercialização de sandálias. Nas redes sociais, a marca conquista a cada dia mais seguidores, crescendo consideravelmente sua participação no Facebook e Twitter.

Canal de distribuição Webstore: a operação de e-commerce da Cia. Hering engloba as quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) e, assim como nos demais trimestres do ano, apresentou o crescimento mais expressivo dentre todos os canais de distribuição da Companhia sendo de 124,8% em 2011.

Com o objetivo de melhor explorar o potencial das webstores, foi criada uma estrutura específica de logística e distribuição para atender a este canal de forma mais eficiente, com centro de distribuição exclusivo para vendas online, tendo as operações já iniciadas no 4T11. No 1T12 será lançada a nova webstore da marca Hering.

Outros: outras receitas cresceu 89,2%, ou R\$ 20,5 milhões, passando de R\$ 23,0 milhões em 2010 para R\$ 43,5 milhões em 2011, principalmente em função do aumento da receita de royalties e revenda de saldos de mercadorias.

Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 1,3% em 2011, comparada com 1,7% em 2010. A receita bruta de vendas ao mercado externo, em Reais aumentou em 1%, ou R\$ 0,2 milhões, passando de R\$ 21,2 milhões em 2010 para R\$ 21,4 milhões em 2011.

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina. A Empresa encerrou 2011 com 16 lojas no exterior. As vendas no mercado internacional foram impactadas por desafios enfrentados durante o 4T11 em função, principalmente, da reestruturação da operação no Uruguai. O contrato com o atual franqueado não foi renovado e ao longo do primeiro semestre de 2012 estaremos fazendo a transição da operação para o novo franqueado responsável pela operação naquele país.

Apesar dos obstáculos existentes no modelo de exportação a partir do Brasil, a Companhia continua buscando maneiras de explorar o potencial de suas marcas na América do Sul. Em outubro, foi inaugurada a primeira loja franqueada no Chile. Para 2012, a busca por oportunidades terá continuidade, principalmente na Colômbia e no Peru.

Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos cresceu 36,3%, ou R\$ 185,9 milhões, passando de R\$ 511,5 milhões em 2010, para R\$ 697,4 milhões em 2011, devido principalmente, ao reflexo do aumento da receita bruta de vendas e pressão de custos de matéria-prima.

O lucro bruto aumentou 30,7%, ou R\$ 153,9 milhões, passando de R\$ 501,9 milhões em 2010 para R\$ 655,8 milhões em 2011. O aumento do lucro bruto em 2011 foi menor que em 2010, principalmente em função do aumento da pressão de custos de matéria-prima. Conseqüentemente, a margem bruta reduziu 1,1 ponto percentual, passando de 49,5% em 2010 para 48,5% em 2011.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 17,0 %, ou R\$ 42,2 milhões, passando de R\$ 248,5 milhões em 2010 para R\$ 290,7 milhões em 2011, devido aos fatores explicados abaixo:

Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 25%, ou R\$ 42,5 milhões, passando de R\$ 170,1 milhões em 2010 para R\$ 212,5 milhões em 2011, em função (i) do aumento de 31,8%, ou R\$ 21,8 milhões, das despesas variáveis de venda, devido ao aumento da receita bruta de vendas e respectivo pagamento de comissões, fretes e outras despesas relacionadas às vendas, e (ii) do aumento geral das despesas fixas de venda de 20,6% ou R\$ 20,7 milhões, especialmente (a) despesas com alugueis que aumentaram em 16,3%, ou R\$ 2,5 milhões, devido ao aumento do número de lojas próprias e aumento de faturamento impactando no aluguel percentual; (b) despesas com marketing, que aumentaram em 25,6%, ou R\$ 5,8 milhões, devido ao aumento de divulgações em mídia, (c) despesas com salários, encargos e benefícios que aumentaram 33,4% ou R\$ 9,5 milhões, devido aumento do número de funcionários da retaguarda de vendas e das lojas próprias.

Despesas Gerais e Administrativas

Aumento das despesas gerais e administrativas em 13,8%, ou R\$ 3,8 milhões, passando de R\$ 26,8 milhões em 2010 para R\$ 30,6 milhões em 2011. Essa variação é decorrente principalmente da manutenção de gastos e aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria.

Remuneração de Administradores

Aumento das despesas com remuneração de administradores em 7,1%, ou R\$ 0,4 milhões, de R\$ 6,1 milhões em 2010 para R\$ 6,5 milhões em 2011, devido a aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria.

Depreciação e Amortização

Aumento da depreciação e amortização em 27,8%, ou R\$ 3,4 milhões, passando de R\$ 12,1 milhões em 2010 para R\$ 15,5 milhões em 2011. Esse aumento foi principalmente devido ao aumento dos investimentos destinados à área industrial e à infraestrutura de TI.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Melhora no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em R\$ 13,2 milhões, passando de (R\$ 10,0) milhões em 2010 para R\$ 3,2 milhões em 2011. Essa variação em ambos os anos ocorreu em função de eventos não-recorrentes (essencialmente créditos tributários com efeito retroativo em 2011 e despesas com parcelamento tributário, projetos e provisões em 2010).

Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro positivo de R\$ 29,7 milhões em 2011, comparado ao um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 10,1 milhões em 2010. O aumento do resultado financeiro em R\$ 19,6 milhões ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores (i) aumento no ajuste a valor presente de R\$ 9,8 milhões em 2011; (ii) aumento na receita financeira de juros sobre tributos

recuperados em R\$ 7,4 em 2011 em função da atualização de créditos tributários ganhos/reconhecidos em 2011.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes apresentaram um aumento de 104,4% em 2011, ou R\$ 51,5 milhões, passando de R\$ 49,3 milhões em 2010 para R\$ 100,8 milhões em 2011. Esse aumento da despesa de imposto de renda se deu principalmente devido ao aumento do lucro antes dos impostos de 49,9%.

Também, no ano-calendário de 2010, a Companhia obteve a certeza de que os benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, poderiam ser caracterizados como subvenção para investimentos, e efetuou o registro contábil. Esse montante registrado como subvenção para investimento foi excluído da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, resultando em uma redução de R\$ 28,6 milhões nos impostos correntes em 2010 e R\$ 13,6 em 2011.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 2011 apresentaram redução de 255,5% ou R\$ 5,4 milhões, passando de (R\$ 2,1) milhões em 2010 para R\$ 3,3 milhões em 2011, essa variação deveu-se principalmente a: (i) R\$ 4,3 milhões referentes à movimentação de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas em 2010; e (ii) R\$ 1,6 milhões referente constituição sobre adições temporárias em 2011 maior que em 2010.

Lucro Líquido

Foi registrado um crescimento do lucro líquido de 40,2%, ou R\$ 85,3 milhões, passando de R\$ 212 milhões em 2010 para R\$ 297,3 milhões em 2011. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Melhor desempenho operacional, refletido nos crescimentos tanto de EBITDA quanto de margem EBITDA;
- Aumento do resultado financeiro em função do aumento no ajuste a valor presente e correção monetária referente ao ganho de créditos tributários em 2011.
- Menor incidência de imposto de renda e contribuição social, em função da constituição de subvenções para investimentos em 2011, que deixaram de compor a base de cálculo destes tributos no período.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2010	2011	Varição 2009 - 2010	%
Lucro líquido do exercício	212.013	297.274	85.261	40,2%
(+) IR, CS e Participações	51.454	97.540	46.086	89,6%
(-) Receita Financeira Líquida	(10.098)	(29.696)	(19.598)	194,1%
(+) Depreciações e Amortizações	23.131	29.346	6.215	26,9%
(=) EBITDA	276.500	394.464	117.964	42,7%
Margem EBITDA	27,3%	29,1%	1,9 p.p	

O EBITDA aumentou 42,7%, ou R\$ 118 milhões, passando de R\$ 276,5 milhões em 2010 para R\$ 394,5 milhões em 2011, cujos principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento de 33,4% na receita bruta de vendas.
- Queda de 1,1 p.p. na margem bruta no ano em função da pressão de custos de matéria prima.
- Diluição das despesas com vendas, gerais e administrativas, em decorrência da alta alavancagem operacional, e de uma gestão rígida de despesas.
- Melhora em outras receitas (despesas) operacionais, que passaram de R\$ (10.044 mil) em 2010 para R\$ 3.169 mil em 2011, sendo ambos resultados em função de eventos não-recorrentes (essencialmente créditos tributários com efeito retroativo em 2011 e despesas com parcelamento tributário, projetos e provisões em 2010).

Balço Patrimonial 2010 x 2011 x 2012

Análise das principais variações nas contas dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2010, 2011, e 2012:

Balço Patrimonial Consolidado IFRS - Ativo <i>(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)</i>	2010	AV %	2011	AV %	Variãã o 2010 - 2011	%	2012	AV %	Variãã o 2011 - 2012	%
ATIVO CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	114.549	12,6%	199.849	18,0%	85.300	74,5%	193.470	16,4%	(6.379)	-3,2%
Aplicações financeiras	394	0,0%	-	0,0%	(394)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D
Contas a receber de clientes	295.422	32,6%	361.867	32,7%	66.445	22,5%	429.482	36,3%	67.615	18,7%
Estoques	190.392	21,0%	217.357	19,6%	26.965	14,2%	210.996	17,8%	(6.361)	-2,9%
Impostos a recuperar	7.015	0,8%	13.778	1,2%	6.763	96,4%	13.241	1,1%	(537)	-3,9%
Outras contas a receber	10.315	1,1%	7.756	0,7%	(2.559)	-24,8%	3.574	0,3%	(4.182)	-53,9%
Despesas antecipadas	339	0,0%	649	0,1%	310	91,4%	423	0,0%	(226)	-34,8%
Total do circulante	618.426	68,2%	801.256	72,3%	182.830	29,6%	851.186	72,0%	49.930	6,2%
NÃO CIRCULANTE										
Realizável em longo prazo										
Partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D
Aplicações financeiras	863	0,1%	937	0,1%	74	8,6%	1.016	0,1%	79	8,4%
Impostos a recuperar	8.190	0,9%	8.676	0,8%	486	5,9%	9.189	0,8%	513	5,9%
Empréstimos compulsórios	85	0,0%	-	0,0%	(85)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D
Impostos diferidos	18.041	2,0%	21.233	1,9%	3.192	17,7%	18.491	1,6%	(2.742)	-12,9%
Benefícios a empregados - plano de pensão	1.773	0,2%	-	0,0%	(1.773)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D
Outras contas a receber	8.702	1,0%	7.948	0,7%	(754)	-8,7%	6.798	0,6%	(1.150)	-14,5%
Total do realizável a longo prazo	37.654	4,2%	38.794	3,5%	1.140	3,0%	35.494	3,0%	(3.300)	-8,5%
Investimentos	8	0,0%	-	0,0%	(8)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D
Imobilizado	224.226	24,7%	238.638	21,5%	14.412	6,4%	256.486	21,7%	17.848	7,5%
Intangível	26.089	2,9%	29.338	2,6%	3.249	12,5%	39.168	3,3%	9.830	33,5%
Total do não circulante	287.977	31,8%	306.770	27,7%	18.793	6,5%	331.148	28,0%	24.378	7,9%
TOTAL DO ATIVO	906.403	100,0%	1.108.026	100,0%	201.623	22,2%	1.182.334	100,0%	74.308	6,7%

Balço Patrimonial Consolidado IFRS - Passivo	2010	AV %	2011	AV %	Variaçã o 2010 - 2011	%	2012	AV %	Variaçã o 2011 - 2012	%
<i>(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)</i>										
PASSIVO CIRCULANTE										
Financiamentos e empréstimos	27.799	3,1%	11.800	1,1%	(15.999)	-57,6%	24.555	2,1%	12.755	108,1%
Fornecedores	122.470	13,5%	124.558	11,2%	2.088	1,7%	154.688	13,1%	30.130	24,2%
Salários e encargos sociais	26.708	2,9%	27.851	2,5%	1.143	4,3%	36.191	3,1%	8.340	29,9%
Parcelamentos tributários e previdenciários	8.104	0,9%	8.223	0,7%	119	1,5%	7.527	0,6%	(696)	-8,5%
Imposto de renda e contribuição social	8.673	1,0%	45.264	4,1%	36.591	421,9%	29.876	2,5%	(15.388)	-34,0%
Obrigações tributárias	11.759	1,3%	15.959	1,4%	4.200	35,7%	20.683	1,7%	4.724	29,6%
Provisões para contingências e outras provisões	29.773	3,3%	35.969	3,2%	6.196	20,8%	22.033	1,9%	(13.936)	-38,7%
Obrigações por incentivos fiscais	2.896	0,3%	4.678	0,4%	1.782	61,5%	11.614	1,0%	6.936	148,3%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	14.883	1,6%	421	0,0%	(14.462)	-97,2%	443	0,0%	22	5,2%
Outras contas a pagar	9.088	1,0%	6.719	0,6%	(2.369)	-26,1%	7.369	0,6%	650	9,7%
Total do circulante	262.153	28,9%	281.442	25,4%	19.289	7,4%	314.979	26,6%	33.537	11,9%
NÃO CIRCULANTE										
Financiamentos e empréstimos	26.105	2,9%	23.122	2,1%	(2.983)	-11,4%	152	0,0%	(22.970)	-99,3%
Parcelamentos tributários e previdenciários	28.804	3,2%	21.725	2,0%	(7.079)	-24,6%	14.772	1,2%	(6.953)	-32,0%
Obrigações tributárias	530	0,1%	-	0,0%	(530)	100,0%	-	0,0%	-	N.D
Impostos diferidos	5.229	0,6%	5.121	0,5%	(108)	-2,1%	-	0,0%	(5.121)	100,0%
Provisões para contingências e outras provisões	11.215	1,2%	9.486	0,9%	(1.729)	-15,4%	11.747	1,0%	2.261	23,8%
Obrigações por incentivos fiscais	40.931	4,5%	42.759	3,9%	1.828	4,5%	37.241	3,1%	(5.518)	-12,9%
Benefícios a empregados	-	0,0%	13.155	1,2%	13.155	N.D	19.121	1,6%	5.966	45,4%
Outras contas a pagar	3.212	0,4%	405	0,0%	(2.807)	-87,4%	322	0,0%	(83)	-20,5%
Total do não circulante	116.026	12,8%	115.773	10,4%	(253)	-0,2%	83.355	7,1%	(32.418)	-28,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social	226.293	25,0%	229.879	20,8%	3.586	1,6%	235.974	20,0%	6.095	2,7%
Reserva de capital	2.091	0,2%	3.911	0,4%	1.820	87,0%	6.602	0,6%	2.691	68,8%
Reserva de lucros	251.593	27,8%	362.359	32,7%	110.766	44,0%	413.371	35,0%	51.012	14,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	8.784	1,0%	8.432	0,8%	(352)	-4,0%	8.170	0,7%	(262)	-3,1%
Dividendos adicionais propostos	39.463	4,4%	106.230	9,6%	66.767	169,2%	119.883	10,1%	13.653	12,9%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D
Participação de acionistas não controladores	-	0,0%	-	0,0%	-	N.D	-	0,0%	-	N.D
Total do patrimônio líquido	528.224	58,3%	710.811	64,2%	182.587	34,6%	784.000	66,3%	73.189	10,3%
TOTAL DO PASSIVO	906.403	100%	1.108.026	100%	201.623	22%	1.182.334	100%	74.308	7%

Ativo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo circulante era de R\$ 801,3 milhões, apresentando um aumento de 29,6% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Essa alteração foi resultado, principalmente, (i) do aumento de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 85,3 milhões, decorrente das atividades operacionais; (ii) do aumento de contas a receber em R\$ 66,4 milhões, reflexo do aumento do faturamento no período; (iii) do aumento dos estoques de R\$ 26,9 milhões, em função das projeções de faturamento para atender a demanda.

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo circulante era de R\$ 851,2 milhões, apresentando um aumento de 6,2% se comparado a 31 de dezembro de 2011. Essa alteração foi resultado, principalmente; (i) do aumento de contas a receber em R\$ 67,6 milhões, reflexo do aumento do faturamento no período; (ii) da redução de estoques de R\$ 6,4 milhões em função de maior controle e de demanda no final do ano acima do planejado, e (iii) redução de caixa e equivalentes de R\$ 6,4 milhões.

A participação do ativo circulante no ativo total foi de 68,2% em 31 de dezembro de 2010, 72,3% em 31 de dezembro de 2011 e 72,0% em 31 de dezembro de 2012.

Não Circulante

Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2011, o realizável a longo prazo era de R\$ 38,8 milhões, apresentando um aumento de 3,0% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Essa variação foi resultado, principalmente, (i) do aumento de impostos diferidos em R\$ 3,2 milhões, e; (ii) da redução em Benefícios a empregados – plano de pensão de R\$ 1,7 milhões, em função da avaliação atuarial do plano resultar em um passivo no ano de 2011 registrado no grupo de passivo não-circulante.

Em 31 de dezembro de 2012, o realizável a longo prazo era de R\$ 35,5 milhões, apresentando uma redução de 8,5% se comparado a 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi resultado, principalmente, (i) da redução de impostos diferidos em R\$ 2,7 milhões, e; (ii) da redução em outras contas a receber de R\$ 1,1 milhões em função da transferência para o circulante de valores a receber conforme prazo de vencimento.

A participação do realizável a longo prazo no ativo total foi de 4,2% em 31 de dezembro de 2010, 3,5% em 31 de dezembro de 2011 e 3,0% em 31 de dezembro de 2012.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2011, o imobilizado era de R\$ 238,6 milhões, apresentando um aumento de 6,4% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 36,0 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 21,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o imobilizado era de R\$ 256,5 milhões, apresentando um aumento de 7,5% se comparado a 31 de dezembro de 2011. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 44,1 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 26,2 milhões.

A participação do imobilizado no ativo total foi de 24,7% em 31 de dezembro de 2010, 21,5% em 31 de dezembro de 2011 e 21,7% em 31 de dezembro de 2012.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2011, o intangível era de R\$ 29,3 milhões, apresentando um aumento de 12,5% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Essa variação se justifica pela aquisição de fundos de comércio (lojas próprias), marcas e patentes e software no montante de R\$ 11,5 milhões e amortização no montante de R\$ 8,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o intangível era de R\$ 39,2 milhões, apresentando um aumento de 33,5% se comparado a 31 de dezembro de 2011. Essa variação se justifica pela aquisição de fundos de comércio (lojas próprias), marcas e patentes e software no montante de R\$ 19,3 milhões e amortização no montante de R\$ 9,5 milhões.

A participação do ativo intangível no ativo total foi de 2,9% em 31 de dezembro de 2010, 2,6% em 31 de dezembro de 2011 e 3,3% em 31 de dezembro de 2012.

Passivo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2011, o passivo circulante era de R\$ 281,4 milhões, apresentando um aumento de 7,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. As principais movimentações relacionadas a este grupo dizem respeito: (i) redução de financiamentos e empréstimos de R\$ 15,9 milhões devido a liquidação de operações; (ii) aumento de imposto de renda e contribuição social de R\$ 36,6 milhões devido a aumento do lucro antes dos impostos; (iii) redução de dividendos e juros sobre capital próprio de R\$ 14,5 milhões, pelo pagamento no ano de 2011; (iv) aumento de provisões para contingências e outras provisões de R\$ 6,2 milhões decorrente de aumento de provisão para participação nos resultados e provisões de comissões e fretes em função do aumento das vendas; e (v) aumento de R\$ 4,2 milhões de obrigações tributárias, sendo principalmente aumento nas contas de PIS e COFINS em função do aumento de vendas em 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, o passivo circulante era de R\$ 315,0 milhões, apresentando um aumento de 11,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. As principais movimentações relacionadas a este grupo dizem respeito (i) aumento de financiamentos e empréstimos em R\$ 12,7 milhões devido a transferência para o curto prazo; (ii) aumento de fornecedores de R\$ 30,1 milhões devido a aumento do volume de compras; (iii) redução de provisões para contingências e outras provisões de R\$ 13,9 milhões referente principalmente a rubrica de provisão para participação nos resultados em função do não atingimento de indicadores de desempenho.

A participação do passivo circulante no passivo total foi de 28,9% em 31 de dezembro de 2010, 25,4% em 31 de dezembro de 2011 e 26,6% em 31 de dezembro de 2012.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2011, o passivo não circulante era de R\$ 115,8 milhões, apresentando uma redução de 0,2% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação foi ocasionada pelos seguintes fatores: (i) redução de financiamentos e empréstimos de R\$ 2,9 milhões,

devido liquidação de operações; (ii) redução de parcelamentos tributários e previdenciários de R\$ 7,1 milhões, devido ao pagamento das parcelas do REFIS IV; (iii) aumento na linha benefícios a empregados de R\$ 13,2 milhões, devido ao reconhecimento do passivo atuarial do plano de saúde e plano de previdência privada.

Em 31 de dezembro de 2012, o passivo não circulante era de R\$ 83,4 milhões, apresentando uma redução de 28,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi ocasionada pelos seguintes fatores: (i) redução de financiamentos e empréstimos de R\$ 22,9 milhões, devido a transferência para o curto prazo e liquidação de operações; (ii) redução de parcelamentos tributários e previdenciários e incentivos fiscais de R\$ 12,5 milhões, devido ao pagamento das parcelas do REFIS IV e Prodec; (iii) aumento na linha benefícios a empregados de R\$ 5,9 milhões, devido ao reconhecimento do passivo atuarial anual do plano de saúde e plano de previdência privada.

A participação do não circulante no passivo total foi de 12,8% em 31 de dezembro de 2010, e 10,4% em 31 de dezembro de 2011, e 7,1% em 31 de dezembro de 2012.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido era de R\$ 710,8 milhões, apresentando um aumento de 34,6% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento foi verificado principalmente em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 297,3 milhões, dos quais: (i) R\$ 125,7 milhões foram utilizados para constituição de reservas de lucros (o total da reserva de lucros constituída em 2011 foi de R\$ 110,9, sendo R\$ 14,9 milhões de reserva legal, R\$ 46,7 milhões de reserva de incentivos fiscais, R\$ 49,3 milhões de reserva de retenção de lucros) e absorção de lucros acumulados de R\$ 2,4 milhões de perda atuarial plano de previdência privada, R\$ 12,8 milhões de perda atuarial plano de saúde e R\$ 0,4 milhões de realização de correção monetária), (ii) R\$ 65,4 milhões distribuídos como dividendos e juros sobre capital próprio, e (iii) R\$ 106,2 milhões destinados como dividendos adicionais propostos.

Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido era de R\$ 784,0 milhões, apresentando um aumento de 10,3% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi verificado principalmente em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 311,0 milhões, dos quais: (i) R\$ 69,1 milhões foram utilizados para constituição de reservas (o total da reserva constituída em 2011 foi de R\$ 69,1 milhões, sendo R\$ 14,3 milhões de reserva legal, R\$ 50,2 milhões de reserva de incentivos fiscais, R\$ 4,6 milhões de reserva de retenção de lucros) e absorção de lucros acumulados de R\$ 0,6 milhões de perda atuarial plano de previdência privada, R\$ 2,3 milhões de ganho atuarial plano de saúde e R\$ 0,2 milhões de realização de correção monetária), (ii) R\$ 142,0 milhões distribuídos como dividendos e juros sobre capital próprio, e (iii) R\$ 101,8 milhões destinados como dividendos adicionais propostos.

Fluxo de Caixa 2010 x 2011 x 2012

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de									
	2010	AV %	2011	AV %	Variação 2010 - 2011	%	2012	AV %	Variação 2011 - 2012	%
Atividades operacionais	157.763	860%	267.341	313%	109.578	69%	309.731	4855%	42.390	16%
Atividades de investimento	(69.629)	-379%	(47.501)	-56%	22.128	-32%	(63.489)	995%	(15.988)	34%
Atividades de financiamento	(69.783)	-380%	(134.540)	-158%	(64.757)	93%	(252.621)	3960%	(118.081)	88%
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	18.351	100%	85.300	100%	66.949	365%	(6.379)	100%	(91.679)	-107%

Atividades Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 267,3 milhões, R\$ 109,6 milhões acima dos R\$ 157,7 milhões gerados no mesmo período de 2010.

A variação é explicada por: (i) aumento do lucro líquido de R\$ 85,3 milhões; (ii) ajustes nos itens não caixa de mais R\$ 4,8 milhões – composto pelas variações de impostos diferidos (menos R\$ 5,4 milhões), variações monetária, cambial e juros não realizados (menos R\$ 1,6 milhões), depreciações e amortizações (mais R\$ 6,3 milhões), e outros (mais R\$ 5,5 milhões) e; (iii) aumento nos ativos e passivos de R\$ 19,5 milhões – composto pelas variações de estoques (mais R\$ 73,4 milhões), variações de contas a receber (mais R\$ 7,1 milhões), variações de contas a receber (menos R\$ 66,3 milhões) aumento em contas a pagar e provisões (menos R\$ 16,6 milhões), aumento em obrigações tributárias em (mais R\$ 26,1 milhões) e outros (menos R\$ 4,2 milhões).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 309,7 milhões, R\$ 42,4 milhões acima dos R\$ 267,3 milhões gerados no mesmo período de 2011.

A variação é explicada por: (i) aumento do lucro líquido de R\$ 13,8 milhões; (ii) ajustes nos itens não caixa de mais R\$ 9,2 milhões – composto pelas variações de impostos diferidos (mais R\$ 6,8 milhões), variações monetária, cambial e juros não realizados (menos R\$ 1,9 milhões), depreciações e amortizações (mais R\$ 4,9 milhões), e outros (menos R\$ 0,6 milhões) e; (iii) aumento nos ativos e passivos de R\$ 19,4 milhões – composto pelas variações de estoques (mais R\$ 33,3 milhões), variações de contas a receber (mais R\$ 1,4 milhões), variação em impostos a recuperar (mais R\$ 7,3 milhões), variações de fornecedores (mais R\$ 28,0 milhões), variação em obrigações tributárias em (menos R\$ 53,8 milhões) e outros (mais R\$ 3,2 milhões).

Atividades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2011 o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 47,5 milhões, resultando em uma variação de R\$ 22,1 milhões em relação ao caixa aplicado no valor de R\$ 69,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação é explicada pela redução nas aquisições do ativo

imobilizado em relação ao ano anterior (mais R\$ 23,7 milhões) e variação de outros (menos R\$ 1,6 milhões).

Em 31 de dezembro de 2012 o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 63,5 milhões, resultando em uma variação de R\$ 16,0 milhões em relação ao caixa aplicado no valor de R\$ 47,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação é explicada pelo aumento nas aquisições do ativo imobilizado em relação ao ano anterior de R\$ 16 milhões.

Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2011 o caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos no exercício foi de R\$ 134,5 milhões, variação de R\$ 64,7 milhões em relação aos R\$ 69,8 milhões proveniente das atividades de financiamentos no mesmo período de 2010. Essa variação ocorreu em função de: (i) redução de aplicações financeiras (menos R\$ 4,9 milhões); (ii) pagamento de empréstimos (mais R\$ 8,7 milhões); (iii) variação de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (menos R\$ 64,9 milhões) e; (vi) outros (menos R\$ 3,6 milhões).

Em 31 de dezembro de 2012 o caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos no exercício foi de R\$ 252,6 milhões, variação de R\$ 118,1 milhões em relação aos R\$ 134,5 milhões proveniente das atividades de financiamentos no mesmo período de 2011. Essa variação ocorreu em função de: (i) variação de aumento de capital (mais R\$ 2,5 milhões); (ii) pagamento de empréstimos (mais R\$ 9,6 milhões); (iii) variação de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (menos R\$ 128,9 milhões) e; (vi) outros (menos R\$ 1,3 milhões).

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Quase a totalidade (98%, 99% e 99% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2010, 2011 e 2012, respectivamente) da receita bruta de vendas é denominada em reais e provém da venda dos produtos em todo o território nacional para clientes varejistas, que realizam a venda para o consumidor final, bem como das vendas das próprias lojas ao consumidor final.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita operacional líquida aumentou 33,5%, de R\$ 1.013,5 milhões em 2010 para R\$ 1.353,2 milhões em 2011. Em 2012 a receita operacional líquida apresentou um aumento de 10,2% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.491,3 milhões. Nos dois períodos o aumento deve-se principalmente ao crescimento de vendas conquistado pelas marcas da Companhia no mercado interno, sendo em todas as quatro (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) em 2011 e em três das quatro marcas (Hering, Hering Kids e PUC) em 2012, com destaque para o desempenho de vendas brutas da marca Hering, que cresceu 44,2% e 32,1% em 2010 e 2011, respectivamente e 8,7% em 2012. Acreditamos que isso se deve ao alto potencial da marca explorado a partir da expansão da rede Hering Store, tanto através da abertura de novas lojas quanto do crescimento de vendas no conceito mesmas lojas, e da distribuição no canal varejo multimarca.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2010, 2011 e 2012 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas, principalmente da marca Hering, por conta da implementação bem sucedida da estratégia de negócios da Companhia introduzida a partir de 2007, que consiste em explorar o potencial de crescimento das quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.), com destaque para Hering.

Este plano estratégico de crescimento para o quadriênio 2007-2010 que priorizava o foco na força da marca “Hering” como principal vetor de crescimento da Companhia, e na estrutura de varejo, tinha como objetivo aumentar a participação no mercado nacional. As principais diretrizes da estratégia podem ser sumarizadas nos seguintes pontos: (i) reposicionar a marca “Hering” como moda acessível; (ii) aumentar a oferta de crédito na Rede Hering Store, através da operação do cartão de crédito Hering Store; (iii) expandir e fortalecer a Rede Hering Store (franqueada e própria) e; (iv) incrementar as vendas no varejo multimarcas.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As operações da Companhia podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem taxa de inflação, a variação do preço de insumos e produtos, taxa de câmbio e de juros. Apesar de não ser possível estimar o impacto de cada um desses itens dada a complexidade dos negócios, em termos gerais, um aumento da inflação ou do preço de insumos e produtos ou da taxa de juros, assim como uma desvalorização da moeda tendem a ter um impacto adverso sobre os negócios da Companhia. Por outro lado, se a inflação ou o preço dos insumos e produtos ou a taxa de juros diminuem, cada um desses fatores tenderá a impactar positivamente o resultado da Companhia. Da mesma forma, como a Companhia não quantifica a influência desses impactos nos seus resultados operacionais ou receitas financeiras, as variações de preços dos principais insumos e produtos podem impactar diretamente nossa margem bruta, mas a Companhia pode decidir transferir esse aumento de custos aos seus consumidores, quando considerado apropriado.

Variações em razão das taxas de câmbio

Mudanças na taxa de câmbio podem gerar custos maiores ou menores para a Companhia. Dessa forma, se o reajuste praticado for diretamente proporcional ao reajuste dos custos, o resultado operacional não se modifica. Entretanto, qualquer outra movimentação pode gerar ganhos ou perdas de margem bruta, o que impactaria nosso resultado operacional.

Em 2012, a margem bruta da Companhia foi reduzida em 3,0% devido, entre outros fatores, à pressão de custos proveniente do aumento da taxa de câmbio sobre produtos ou insumos importados.

Variações em razão da inflação

A Companhia não pode medir o impacto da inflação nas suas receitas. A inflação não implica necessariamente mudança do preço de venda de seus produtos ou nos seus custos, que podem gerar ou não reajuste no nosso preço final de venda. Se o reajuste de preços praticados for diretamente proporcional ao reajuste dos custos, nosso resultado operacional não é afetado, mas do contrário, sim.

Além disso, a inflação local pode afetar itens como salários e remuneração e despesas gerais, e conseqüentemente interferir na lucratividade da Companhia.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

No ano-calendário de 2010, a Companhia obteve a certeza de que os benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, poderiam ser caracterizados como subvenção para investimentos, e efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento no montante de R\$ 84,3 milhões na conta “reserva de incentivos fiscais”. Esse montante registrado como subvenção para investimento foi excluído da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, resultando em uma redução de R\$ 28,6 milhões nos impostos correntes. Do mesmo modo, foi registrado o montante de R\$ 39,9 milhões em 2011 na conta “reserva de incentivos fiscais” e, por consequência, uma redução de R\$ 13,6 milhões nos impostos correntes.

Não há outros eventos ou operações não usuais que a Administração entenda como relevantes de divulgação.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Demonstrações financeiras de 31.12.10

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS na sigla em inglês), que estão previstas no CPC-37.

A Companhia estabeleceu 1º de janeiro de 2009 como “data de transição” para a adoção das novas práticas contábeis, emitidas em 2009 e cuja adoção mandatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Demonstrações financeiras de 31.12.11

No exercício de 2011 houve mudança de prática contábil, na forma de reconhecimento dos estoques importados, a Companhia passou a registrar como estoque as mercadorias embarcadas por seus fornecedores estrangeiros em operações de importação FOB. Essa alteração não impacta resultado nem fluxo de caixa.

Demonstrações financeiras de 31.12.12

No exercício de 2012 não houve mudança de prática contábil, não havendo, portanto, impactos na posição patrimonial ou resultado do exercício.

A partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 há normas publicadas que podem produzir impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir daquela data. Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38,39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (CPC 36 (R3)) - a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 11 – Joint Ventures (CPC 18 (R2)) - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades (CPC 45) - a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo (CPC 46) - a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e

mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (CPC 26 (R1)) – apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Esta norma não produziu efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia;

IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (CPC 36) – como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IAS 28 – Investimentos em Coligadas (CPC 18 (R2)) – como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS 28 – Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em joint ventures, além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.

IAS 32 – Instrumentos financeiros – Apresentação (CPC 39): adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2010 não houve efeitos significativos por alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

No exercício de 2011 não houve efeitos significativos por alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, pois a alteração não impacta resultado nem fluxo de caixa.

No exercício de 2012 não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, não havendo, portanto, impactos na posição patrimonial ou resultado do exercício nem fluxo de caixa.

c. *ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Demonstrações financeiras de 31.12.10

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, contém parágrafo de ênfase relacionado à apresentação das demonstrações financeiras individuais, devido ao fato de que as citadas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Demonstrações financeiras de 31.12.11

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, contém parágrafo de ênfase relacionado à apresentação das demonstrações financeiras individuais, devido ao fato de que as citadas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Demonstrações financeiras de 31.12.12

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, contém parágrafo de ênfase relacionado à apresentação das demonstrações financeiras individuais, devido ao fato de que as citadas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas para registrar determinados ativos, passivos e transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, algumas estimativas relacionadas à vida útil de propriedades e equipamentos, provisões para passivos contingentes, provisões para tributos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, planos de pensão, estoques e outros itens similares.

As políticas e estimativas contábeis críticas são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira e o resultado operacional e cuja determinação pela administração é mais subjetiva e complexa, exigindo a utilização de estimativas e premissas sobre assuntos que são inerentemente incertos. Muito embora foram revisadas as estimativas e premissas periodicamente, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas e premissas poderá afetar a situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das operações por resultar em valores diferentes dos estimados.

É apresentado a seguir uma discussão sobre o que se considera políticas contábeis críticas da Companhia, incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade a que essas estimativas estão sujeitas.

Reconhecimento de receitas e custos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

Os custos dos produtos são registrados pelo valor de custo médio de aquisição e produção e compreendem os custos com matérias-primas, embalagens, mão-de-obra direta e indireta de fabricação dos produtos e gastos gerais de fabricação, tais como: energia elétrica, água, conservação do parque industrial, depreciação dos ativos industriais e instalações do parque fabril.

Deterioração, depreciação e amortização de bens do imobilizado

É avaliada periodicamente, a necessidade de testes sobre a recuperabilidade de ativos (ou grupos de ativos) de vida longa com base em vários indicadores, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração avalia a ocorrência de algum evento adverso, tal como uma redução significativa no valor de mercado de algum bem do imobilizado ou alteração adversa significativa na forma com que um ativo de vida longa esteja sendo utilizado, analisando várias suposições e estimativas que, por sua vez, podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros, taxas cambiais, mudanças estratégicas de negócios e nos tipos de produtos oferecidos ao mercado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos imobilizados.

De acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, a Cia. Hering reconhece as despesas relacionadas à depreciação e amortização do imobilizado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O valor

residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A vida útil dos ativos é revisada periodicamente com base em fatos e circunstâncias existentes. A determinação das vidas úteis exige um julgamento subjetivo, sendo inerentemente incerta devido a mudanças tecnológicas e à concorrência na indústria, que são fatores que podem causar uma obsolescência precoce dos bens do imobilizado. Caso seja obrigado a fazer alterações relevantes nas premissas originais, as despesas de depreciação, baixas por obsolescência e o valor contábil líquido do imobilizado podem diferir significativamente em relação às premissas originalmente adotadas.

Provisão para contingências

Constitui-se provisões para contingências no balanço, com base no parecer dos advogados externos contratados, para os casos em que os processos trabalhistas, tributários e cíveis são estimados em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Não se constitui provisões para contingências consideradas como perdas possíveis ou remotas pelos assessores jurídicos. Avaliam-se continuamente as estimativas e premissas da provisão para contingências, com base em consultas aos consultores internos e externos e advogados externos contratados, e considerando fatos e circunstâncias relevantes que possam ter um efeito material sobre o resultado operacional e do patrimônio líquido. Apesar da administração acreditar que a provisão para atuais contingências é adequada, a liquidação das ações judiciais envolve montantes que poderão resultar em valores divergentes da provisão para contingências estabelecidas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Cia. Hering estabelece provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base nas estimativas da administração, em montante que se considera suficiente para fazer frente a perdas prováveis na liquidação de créditos. Nesta determinação, analisa-se cada crédito individualmente e se levam em consideração as taxas históricas de inadimplência. Este processo exige um determinado grau de discricionariedade por parte da Administração devido a incertezas das premissas envolvidas, tais como a situação financeira dos devedores, assim como as tendências econômicas. Caso o valor de provisão para créditos de liquidação duvidosa seja inferior aos valores baixados como perda, um aumento da provisão poderá ser necessário.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento: Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, são trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base no custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é

de 90 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 45 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo e a sua reversão são registrados no resultado financeiro.

Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, nos custos dos produtos vendidos e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

Benefícios a empregados

(i) Planos de benefícios definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(i) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade. Adicionalmente, tendo em vista o acelerado crescimento da Companhia, a partir de 2008 foi implantado o Sistema SAP de informações gerenciais, de modo a manter e aprimorar os controles internos.

A Companhia possui um departamento de auditoria interna que efetua periodicamente procedimentos em determinadas áreas da empresa, com o objetivo de avaliar e aprimorar os controles internos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em relação aos pontos de controles internos referentes à auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os Diretores da Companhia esperam atualizar o Formulário de Referência, quando da conclusão do relatório de controles internos pelos auditores independentes.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não efetuou oferta pública de ações.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não efetuou oferta pública de ações.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não efetuou oferta pública de ações.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando :

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

iv. contratos de construção não terminada

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Orçamento de Capital e Capital de Giro - R\$ mil

I – Investimentos	100.133
- Lojas	36.486
- Industrial	25.979
- Logística	9.235
- Tecnologia da Informação	24.588
- Outros	3.845
Total Geral	100.133
Fontes Próprias (Retenção de Lucro)	4.595
Fontes Próprias (Geração de Caixa)	95.538

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Retenção de lucros de acordo com orçamento de investimento e destinação do lucro do exercício de 2012, bem como disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento e previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2011 foi feita a ampliação da central de corte e acabamento de tecido plano na unidade de Parnamirim (RN). No estado de Goiás, foram feitos os seguintes investimentos: (i) implantação da central de corte para tecido plano e malha na cidade de Paraúna; (ii) ampliação das unidades de Goianésia e Santa Helena e; (iii) ampliação da central de acabamento para malhas e tecido plano em Anápolis. Foi também construído um novo centro de distribuição em Santa Catarina exclusivo ao canal de vendas das webstores (*e-commerce*).

Em 2012, foram feitas ampliações nas instalações produtivas no Rio Grande no Norte nas áreas de acabamento de produtos de tecido plano, corte e depósito de tecido. No estado de Goiás foi concluída a ampliação da unidade de confecção de Goianésia e os seguintes investimentos foram feitos: (i) Implementação da área de acabamento de confecção e de gravação de quadros em Anápolis; (ii) Implantação de um novo centro de distribuição e (iii) uma central de distribuição de talhados para as confecções, na unidade Av. Brasil. No estado de Santa Catarina foram feitos investimentos em (i) novos teares, (ii) aquisição de novo transelevador para a expedição do Sul, e na unidade de Itororó na (iii) ampliação da Estação de Tratamento de Efluentes e (iv) implementação do modelo de gestão *Lean Manufacturing*.

Para 2013 estão previstos: automatização dos sistemas de encaixotamento no novo centro de distribuição do estado de Goiás; aquisições de (i) máquina de corte, (ii) máquinas e equipamentos para acabamento e (iii) porta pallets para crescimento da capacidade do depósito, na unidade do Rio Grande do Norte; e em Santa Catarina serão feitos investimentos em (i) sistemas automáticos de distribuição de produtos químicos por intermédio de tubulações, na área de tinturaria e em aquisições de (ii) máquinas de tinturaria de alta tecnologia, (iii) nova máquina "rama" para modernização tecnológica do processo de beneficiamento, (iv) novos conjuntos de corte, (v) teares, e (vi) na expedição de Santa Catarina está planejado investimento em novos transelevadores, como parte do projeto de renovação e modernização desse centro de distribuição.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

No ano de 2012 a empresa atualizou um estudo de mercado, realizado em 2010, reavaliando o potencial de abertura de lojas Hering Store em 796, levando em consideração as atuais premissas socioeconômicas de consumo, distribuição de renda e de penetração da marca. Em 2011 foi elaborado estudo com base na performance das cinco lojas piloto da marca Hering Kids através do qual se identificou um potencial de 200 a 250 lojas para uma rede de franquias no formato individual da marca.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Para o ano de 2013 foi desenvolvido um plano de expansão da rede de lojas Hering Store com a expectativa de chegar a 592 lojas franqueadas e próprias ao fim do período, bem como expansão da rede de lojas Hering Kids com o objetivo de atingir 57 lojas franqueadas e próprias ao final do ano.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há valores mensuráveis

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores a comentar.

**INFORMAÇÕES DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO EXIGIDAS
PELA INSTRUÇÃO CVM N° 481/09
(Anexo 9-1-II)**

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício é de R\$ 311.013.722,18 (trezentos e onze milhões, treze mil, setecentos e vinte e dois reais e dezoito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

O montante global a ser distribuído à conta de dividendos é de R\$ 261.920.696,51 (duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e um centavos).

Uma vez aprovada a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor global de dividendos e de juros sobre o capital próprio por ação será de R\$ 1,5949, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados, conforme indicado na tabela abaixo. O valor informado é estimado, uma vez que a proposta de distribuição aos acionistas do saldo remanescente à título de dividendos, no valor de R\$ 0,73, por ação, pode ser modificado, para atender ao exercício de opção de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Descrição	Bruto por Ação (R\$)	Valor Total Bruto (R\$)
Juros Sobre o Capital Próprio	R\$ 0,128	R\$ 21.020.659,07
Juros Sobre o Capital Próprio	R\$ 0,128	R\$ 21.020.659,07
Dividendos	R\$ 0,6089	R\$ 99.995.932,10
Subtotal	R\$0,8649	R\$ 142.037.250,24
Dividendos Propostos (*) (**)	R\$ 0,73	R\$ 119.883.446,27
Total a ser distribuído no exercício de 2012	R\$ 1,5949	R\$ 261.920.696,51

(*) Dividendos propostos com base no lucro do exercício de 2012 – R\$ 101.807.083,17

(**) Dividendos propostos com base na utilização de parte da reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores – R\$ 18.076.363,10

3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído

O percentual do lucro líquido a ser distribuído em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2013, será de 78%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Montante global de R\$ 18.076.363,10 correspondendo a R\$ 0,11 por ação.

5. Informar deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

a) valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2013, o valor a ser distribuído, a título de dividendos, é de R\$ 119.883.446,27 (cento e dezenove milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos), correspondente a R\$ 0,73 por ação ordinária (valor estimado, que poderá ser modificado para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia).

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

Prazo de Pagamento: Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 25 de abril de 2013, o pagamento dos dividendos declarados ocorrerá no dia 29 de maio de 2013. Forma de Pagamento: (a) Os acionistas elegíveis ao recebimento de dividendos receberão seus proventos mediante crédito em conta corrente, desde que tenham manifestado expressamente sua opção nesse sentido e que seu cadastro junto ao Banco Itaú S.A. se encontre atualizado; (b) Os acionistas elegíveis que possuem ações custodiadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA terão os valores a que fizerem jus creditados diretamente à BM&FBOVESPA, que se encarregará de repassá-los aos acionistas através dos agentes de custódia; e (c) Os demais acionistas elegíveis, devidamente identificados, deverão solicitar, na agência do Banco Itaú S.A. de seu relacionamento ou preferência, a emissão de aviso de pagamento para recebimento no caixa.

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio:

Não haverá incidência de atualização monetária e juros sobre os dividendos.

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2013, a data de 25 de abril de 2013 será considerada para a identificação dos acionistas que terão direito ao dividendo.

6. Declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados:

Foi declarado o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 142.037.250,24 (cento e quarenta e dois milhões, trinta e sete mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), sendo o montante de R\$ 42.041.318,14 (quarenta e dois milhões, quarenta e um mil, trezentos e dezoito reais e quatorze centavos) a título de Juros Sobre o Capital Próprio e R\$ 99.995.932,10 (noventa e nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e dez centavos) como pagamento de dividendos.

b) data dos respectivos pagamentos:

Descrição	Evento	Pagamento	Valor Bruto por Ação R\$	Valor Bruto Total R\$
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 14/06/2012	27/06/2012	0,128	21.020.659,07
Dividendos	RCA 17/10/2012	30/10/2012	0,6089	99.995.932,10
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 12/12/2012	21/12/2012	0,128	21.020.659,07
TOTAL				142.037.250,24

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

	2012	2011	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 311.013.722,18	R\$ 297.274.322,02	R\$ 212.012.705,82	R\$ 137.528.983,00
Por Ação	1,89	1,82	1,30	2,55

b) dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores:

Descrição	Valor Bruto por Ação	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,09	R\$ 14.708.710,26
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,10	R\$ 16.343.011,40
Dividendo	R\$ 0,21	R\$ 34.320.323,94
Dividendo	R\$ 0,6499463117	R\$ 106.229.574,10
Total distribuído referente ao exercício 2011		R\$ 171.601.619,70

Descrição	Valor Bruto por Ação	Valor Total Bruto
Dividendo	R\$ 0,325	R\$ 17.628.225,22
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,175	R\$ 9.492.121,27
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,058	R\$ 9.437.880,58
Dividendo	R\$ 0,122	R\$ 19.852.093,64
Dividendo	R\$ 0,16	R\$ 26.035.532,64
Total distribuído referente ao exercício 2010		82.445.853,35

Descrição	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto Total
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,1405	R\$ 7.576.839,18
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,1349	R\$ 7.288.603,97
Dividendo	R\$ 0,364468408	R\$ 19.692.111,80
Total distribuído referente ao exercício 2009		34.557.554,95

8. Destinação de lucros à reserva legal:

a) identificar o montante destinado à constituição da reserva legal;

O montante destinado à constituição da reserva legal é de R\$ 14.266.604,55 (quatorze milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

b) cálculo para a constituição da reserva legal: 5% do lucro líquido do exercício.

A constituição de Reserva Legal no valor de R\$ 14.266.604,55 (quatorze milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) é determinada pelo Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e tem por fim assegurar a integridade do capital social. O montante de 5% (cinco por cento) do lucro líquido é aplicado, antes de qualquer outra destinação, na Reserva Legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No ano de 2012, o valor constituído para a Reserva Legal representa um percentual menor que os 5% (cinco por cento) do lucro líquido fixados por lei, tendo em vista respeitar o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a) forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme artigo 33, inciso II, do estatuto social da Companhia, após procedidas as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, incisos I, II e III, da Lei nº 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo remanescente, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

- b) informar se está sendo pago integralmente

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente. Ressalte-se que o Conselho de Administração propôs a distribuição de 78% do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

- c) informar o montante eventualmente retido

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

- a) **informar o montante de retenção**
- b) **descrever pormenorizadamente a situação financeira da Companhia, abordando inclusive aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c) **justificar a retenção dos dividendos**

Não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a) **identificar o montante destinado à reserva**
- b) **identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c) **explicar porque a parcela foi considerada provável**
- d) **justificar a constituição da reserva**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a) **informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b) **informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a) **descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b) **identificar o montante destinado à reserva**
- c) **descrever como o montante foi calculado**

Não há proposta de destinação de resultado para a constituição de reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) **identificar o montante da retenção**

O montante da retenção de lucros prevista em orçamento de capital é de R\$ 4.594.563,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Orçamento de Capital e Capital de Giro - R\$ mil	
Investimentos	100.133
Lojas	36.486
Industrial	25.979
Logística	9.235
Tecnologia da Informação	24.588
Outros	3.845
Total Geral	100.133
Fontes Próprias (Reserva de retenção de lucros)	4.595
Fontes Próprias (Geração de caixa da operação)	95.538

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. informar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva de incentivo fiscal é de R\$ 50.226.409,10 (cinquenta milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e nove reais e dez centavos).

- b. explicar a natureza da destinação

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos a Companhia pelos estados de Goiás (Fomentar/Produzir), Rio Grande do Norte (Proadi) e Santa Catarina (Pró-emprego) e SUDENE na esfera federal, decorrentes da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOS TERMOS DOS ITENS 12.6 A 12.10, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: (*)

Conselho de Administração

	Ivo Hering	Fábio Hering	Nei Schilling Zelmanovits	Patrick Charles Morin Junior
Idade	70	54	47	66
Profissão	Advogado e Economista	Administrador de Empresas	Advogado	Administrador de Empresas
CPF	003.696.839-00	006.283.238-75	066.538.018-61	003.768.028-55
Cargo	Presidente do Conselho	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro Independente
Data de Eleição	25/04/2013	25/04/2013	25/04/2013	25/04/2013
Data de Posse	25/04/2013	25/04/2013	25/04/2013	25/04/2013
Prazo do Mandato	2 anos (AGO/2015)	2 anos (AGO/2015)	2 anos (AGO/2015)	2 anos (AGO/2015)
Outros Cargos	-	Diretor Presidente, membro do Comitê de Finanças e Gestão de Pessoas	-	Coordenador do Comitê de Gestão de Pessoas
Eleito por Controlador	Não	Não	Não	Não

	Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri	Marcio Guedes Pereira Junior
Idade	49	51
Profissão	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas
CPF	759.844.157-04	050.958.058-04
Cargo	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente

Data de Eleição	25/04/2013	25/04/2013
Data de Posse	25/04/2013	25/04/2013
Prazo do Mandato	2 anos (AGO/2015)	2 anos (AGO/2015)
Outros Cargos	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas	Membro do Comitê de Finanças
Eleito por Controlador	Não	Não

(*) O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Companhia possui 02 (dois) comitês, sendo 01 (um) financeiro e 01 (um) de Gestão de Pessoas, não estatutários, cujos membros são nomeados pelo Conselho de Administração.

Comitê de Gestão de Pessoas

	Fábio Hering	Patrick Charles Morin Junior	Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri
Idade	54	66	49
Profissão	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas
CPF	006.283.238-75	003.768.028-55	759.844.157-04
Cargo	Membro	Coordenador	Membro
Data de Eleição	25/06/2009	25/06/2009	25/06/2009
Data de Posse	25/06/2009	25/06/2009	25/06/2009
Prazo do Mandato	Indeterminado	Indeterminado	Indeterminado
Outros Cargos	Diretor Presidente, membro do Comitê de Finanças e do Conselho de Administração	Membro Independente do Conselho de Administração	Membro Independente do Conselho de Administração
Eleito por Controlador	Não	Não	Não

Comitê de Finanças

	Fábio Hering	Marcio Guedes Pereira Junior
Idade	54	51
Profissão	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas
CPF	006.283.238-75	050.958.058-04
Cargo	Membro	Membro
Data de Eleição	25/06/2009	25/06/2009
Data de Posse	25/06/2009	25/06/2009
Prazo do Mandato	Indeterminado	Indeterminado
Outros Cargos	Diretor Presidente, membro do Comitê de Gestão de Pessoas e do Conselho de Administração	Membro Independente do Conselho de Administração
Eleito por Controlador	Não	Não

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer (*)

a. currículo, contendo as seguintes informações:

Conselho de Administração

Ivo Hering

Presidente do Conselho de Administração

Formado em Direito e Economia, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). O Sr. Ivo Hering é membro do mesmo Conselho desde 1977 e da Diretoria da Cia Hering desde 1971 até 2009. É graduado em Direito e Economia, além de possuir especialização em Macroeconomia, Direito, Marketing e Estratégia. Foi presidente das empresas do Grupo Ceval Alimentos. É também diretor presidente nas empresas Hering Overseas Ltd e Hering Internacional SAFI. Está na empresa há mais de quarenta anos, tendo iniciado como trainee e assumindo posteriormente as funções de diretor administrativo, vice-presidente executivo e presidente.

Fabio Hering

Membro do Conselho de Administração

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria desde 2 de maio de 1986, e Diretor Presidente desde 28 de abril de 2009. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e oito anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações,

Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Tarpon Investimentos S.A.

Nei Schilling Zelmanovits

Membro do Conselho de Administração

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo. Foi admitido à Ordem dos Advogados de São Paulo em 1988. Sócio do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados e membro do Conselho de Administração da Cia. Hering desde 1999.

Patrick Charles Morin Junior

Membro Independente do Conselho de Administração

Norte-americano, graduado em 1968 em Administração de Empresas pelo “Claremont Men’s College” (Califórnia), e pós-graduado (MBA) pela Universidade de Columbia (New York) em 1970, com especialização em Finanças e Comércio Exterior. Participou do Programa Internacional para Executivos (SMP-16) da Harvard Business School. Trabalhou no Chemical Bank (New York) no Brasil, em New York, Londres e Bruxelas. Em 2001 foi responsável pela fusão do Chase Manhattan com o J.P.Morgan no Brasil, onde atuou como Presidente até assumir, em 2003, responsabilidades como “Senior Advisor” do Banco J.P.Morgan S.A. Atualmente é Diretor Presidente da Propay Brasil S.A., Presidente da Morin Assessoria Empresarial Ltda., e membro do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração de várias empresas, dentre elas a Topsports Ventures S.A., Ideal Invest S.A., e Cia. Hering. Atua, também, no Conselho Consultivo da Prática Produtos S.A.. Dentre suas atividades extra-profissionais, nos últimos trinta anos, destacam-se as seguintes: membro das Diretorias da Câmara Americana de Comércio de São Paulo (American Chamber), da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (A.B.B.I.), e Presidente do Conselho de Administração da Escola Graduada de São Paulo (Graded School). Participou de vários projetos sociais, com o foco em educação.

Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri

Membro Independente do Conselho de Administração

Formado em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Marketing pela mesma Universidade. Tem especialização em Gestão Avançada de Negócios pela FDC/INSEAD. Presidente da Webb Negócios S.A. desde Outubro de 2010. Foi Presidente da Casa Show S.A. de Março de 2008 a Novembro de 2009. Ocupou o cargo de Presidente da Blockbuster no Brasil, nos períodos compreendidos de outubro de 2006 a janeiro de 2007 e de agosto de 2001 a maio de 2005. De maio de 2000 até julho de 2001, foi Vice Presidente de Operações desta mesma empresa. Exerceu a função de Diretor Comercial da Fininvest, Negócio de Varejo, de maio de 2005 a setembro de 2006. Atuou como Gerente de Marketing, para o mercado corporativo da Brasil Telecom, no período de 1999/2000 e anteriormente como Gerente da Shell Brasil, destacando-se por ter sido responsável pelo lançamento da marca Select de lojas de conveniência. É membro do Conselho de Administração da Cia. Hering desde 2008. Foi Membro dos Conselhos de Administração da Casa Show S.A em 2010, da Bematech em 2006, 2007 e 2009, e da Livraria e Editora Saraiva em 2007 e 2008.

Marcio Guedes Pereira Junior

Membro Independente do Conselho de Administração

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getulio Vargas após ter estudado na University’s Stern School of Business em New York. Foi Head da área de banco de investimento do J.Safrá. Anteriormente foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. Tem relevante experiência em mercado de Capitais incluindo o follow-on de ações e IPO de empresas como Perdigão, Lojas Marisa, Minerva, Spring Global, Brasil Ecodiesel, Copasa, OHL e Sabesp. Ele também foi responsável por operações de estruturação da Arantes Alimentos, o Banco do Brasil, Unibanco e Ambev. É membro do Conselho Fiscal da Viver Incorporadora e Construtora.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente e não foi instalado nos últimos 3 exercícios sociais.

Declaração negativa de eventos condenatórios:

Todos os administradores indicados para a eleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas, do emissor

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos e indiretos.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Nome do Administrador: Ivo Hering

CPF: 003.696.839-00

Cargo/Função do Administrador: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Hering Overseas Ltd.

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

Nome do Administrador: Ivo Hering

CPF: 003.696.839-00

Cargo/Função do Administrador: Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Hering Internacional SAFI

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

Nome do Administrador: Fabio Hering

CPF: 006.283.238-75

Cargo/Função do Administrador: Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Hering Overseas Ltd.

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

Nome do Administrador: Fabio Hering

CPF: 006.283.238-75

Cargo/Função do Administrador: Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Hering Internacional SAFI

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

Nome do Administrador: Carlos Tavares D'Amaral

CPF: 010.050.229-68

Cargo/Função do Administrador: Diretor Administrativo

Pessoa Relacionada: Hering Overseas Ltd.

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

Nome do Administrador: Carlos Tavares D'Amaral

CPF: 010.050.229-68

Cargo/Função do Administrador: Diretor Administrativo

Pessoa Relacionada: Hering Internacional SAFI

CNPJ: Empresa sediada no exterior – não possui CNPJ

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada: Administrador

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle nos três últimos exercícios sociais entre controlador direto ou indireto do emissor.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há relações relevantes nos três últimos exercícios sociais com fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas e de alguma dessas pessoas.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 13 – IN 480/09)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

Remuneração é mensal e em valor fixo, podendo conter elementos indiretos (benefícios).

Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal instalado

Conselho Consultivo

Remuneração é mensal e em valor fixo, podendo conter elementos indiretos (benefícios).

Diretores Estatutários e Não Estatutários

Independente do tipo de relação jurídica com a companhia, todos são remunerados de forma mista, com componentes fixos e variáveis e em moeda corrente e benefícios como adiante se demonstra. Os objetivos da política de remuneração são criar motivadores de conteúdo econômico para alinhar interesses das partes a curto, médio e longo prazo, além de reconhecer práticas de mercado (*).

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Honorários mensais fixos e benefícios de plano de saúde; previdência privada; seguro de vida em grupo, observando as práticas de mercado (*).

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Honorários mensais fixos e benefícios de plano de saúde; previdência privada; seguro de vida em grupo, observando as práticas de mercado (*).

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Tem remuneração mista assim discriminada:

- honorários fixos mensais, com a finalidade de remunerar o serviço prestado e caráter de dedicação integral;
- remuneração variável a curto prazo, anual, em espécie como forma de promover o alinhamento e comprometimento com os resultados pretendidos;
- remuneração variável a longo prazo (Plano de Ações): de acordo com Programa que se detalha adiante e que tem a finalidade estreitar as ações diretiva com os interesses dos acionistas; e promover retenção.
- benefícios: constituídos de Plano de Saúde; Seguro de vida em grupo; Previdência Privada e Vale Alimentação, Ticket Refeição; para manter-se alinhada às práticas de mercado (*) de remuneração nesse nível de executivos.

(*) Por práticas de mercado, entende-se o resultado apurado em pesquisas anuais realizadas com painel de empresas selecionadas que atuem em gestão de varejo e/ou marcas.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total: base 2012

Conselho de Administração:

Remuneração fixa Pró-labore 82,74%

Remuneração por participação em reunião de comitê: 0,00%

Benefícios: 0,71%

Outros: 16,55%

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo:

Remuneração fixa Pró-labore 81,26%

Benefícios 2,49%

Outros: 16,25%

Diretores Estatutários e Não Estatutários:

Remuneração fixa Pró-labore 50,74%

Benefícios 8,89%

Outros: 10,15%

Remuneração Variável Curto Prazo 0,00%

Outros: 0,00%

Remuneração Variável Longo Prazo 30,22%

A rubrica "Outros" é composta de valores referentes à contribuição patronal para a Previdência Social – INSS (20%) que incide sobre pró-labore e bônus.

Comitês: Deve-se observar que cada membro do Conselho de Administração, ao participar de Comitês, faz jus a um adicional de R\$ 3.000,00 por reunião, limitado a um máximo de R\$12.000,00 por ano.,

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração: A remuneração procura acompanhar valores de mercado validados por pesquisas e o seu reajuste se dá anualmente e pelo mesmo índice aplicável à categoria dos colaboradores têxtil de Blumenau/SC.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado

Conselho Consultivo: A mesma aplicada aos administradores.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Emprega-se a mesma metodologia e o mesmo reajuste aplicável aos integrantes do Conselho de Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração: A forma de remuneração definida deve refletir as práticas de mercado para esse nível de executivos.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: A forma de remuneração definida deve refletir as práticas de mercado para esse nível de executivos.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Os componentes fixos e indiretos devem seguir práticas de mercado aplicáveis e os componentes variáveis são fixados com a finalidade de alinhar ação estratégica e resultados pretendidos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: São sempre levados em consideração indicadores de resultado e de incremento de receita.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: A remuneração variável é estruturada com base em indicadores de desempenho, globais e setoriais, com metas específicas e estritamente vinculadas a resultado, sendo seu atingimento monitorado mensalmente pelo grupo de executivos desse órgão e do conselho de administração.

Comitês de RH e Finanças: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Conselho de Administração: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: no curto prazo há parcelas significativas vinculadas a desempenho, caracterizando-se o EBITDA como o principal. Já no médio e longo prazo, essa remuneração se dá via plano de ações, cuja evolução do valor das referidas ações assegura esse interesse.

Comitês de RH e Finanças: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado

Conselho Consultivo: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: vide tabela abaixo

Comitês de RH e Finanças: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

R\$	2010				2011				2012			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Interm. Serv. Fin. Ltda												
Número de membros	-	-	2,0	2,0	-	-	2,0	2,0	-	-	2,0	2,0
Pro-labore	-	-	12.240,00	12.240,00	-	-	13.060,00	13.060,00	-	-	14.928,00	14.928,00
Textil Santa Catarina Ltda												
Número de membros			1,00	1,00			1,00	1,00			5,00	5,00
Pro-labore			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conselho de Administração: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Comitês de RH e Finanças: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em R\$ Mil	2010				2011				2012				2013			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
a) Órgão																
b) Número de membros	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00
c) Remuneração	1.791,42	824,52	10.576,83	13.192,76	1.926,52	879,85	12.625,93	15.432,30	2.066,63	946,23	8.902,11	11.914,96	2.300,02	1.064,69	25.034,29	28.459,00
i) Remuneração Fixa	1.791,42	824,52	5.620,73	8.236,67	1.926,52	879,85	5.960,35	8.766,73	2.066,63	946,23	6.211,73	9.214,59	2.310,02	1.064,69	9.236,09	12.609,80
Salário ou pró-labore	1.482,72	670,51	3.930,17	6.083,40	1.582,39	714,99	4.201,67	6.499,05	1.701,69	788,89	4.516,96	6.987,54	1.900,32	860,28	6.180,00	8.940,60
Benefícios diretos e indiretos	12,16	19,91	904,52	936,59	13,25	21,87	938,34	973,46	14,60	23,56	791,38	829,55	19,64	32,35	1.819,09	1.871,08
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-	12,00	-	-	12,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	296,54	134,10	786,03	1.216,68	318,88	143,00	840,33	1.302,21	340,34	153,78	903,39	1.397,51	390,06	172,06	1.236,00	1.798,12
ii) Remuneração Variável	-	-	3.771,00	3.771,00	-	-	4.825,20	4.825,20	-	-	50,00	50,00	-	-	11.299,20	11.349,20
Bônus	-	-	3.142,50	3.142,50	-	-	4.021,00	4.021,00	-	-	-	-	-	-	9.416,00	9.416,00
Participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	50,00
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	628,50	628,50	-	-	804,20	804,20	-	-	-	-	-	-	1.883,20	1.883,20
iii) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
iv) Benef. Motivados pela Cessação do Exerc. do Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
v) Remuneração Baseada em Ações	-	-	1.185,10	1.185,10	-	-	1.820,38	1.820,38	-	-	2.690,38	2.690,38	-	-	4.500,00	4.500,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Em R\$ Mil	2010				2011				2012				2013			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
a) Órgão																
b) Número de membros	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00
c) Em relação à Participação no Resultado																
i) Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	399,04	399,04	-	-	427,40	427,40	-	-	-	-	-	-	-	-
ii) Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	3.990,45	3.990,45	-	-	4.274,00	4.274,00	-	-	7.196,85	7.196,85	-	-	9.416,00	9.416,00
iii) Valor previsto no plano de remuneração, em caso de metas atingidas	-	-	1.995,22	1.995,22	-	-	2.137,00	2.137,00	-	-	3.598,42	3.598,42	-	-	4.708,00	4.708,00
iv) Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	3.771,00	3.771,00	-	-	4.825,20	4.825,20	-	-	-	-	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

a) termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro dos limites da lei, estatuto social, regulamentação aplicável e das diretrizes fixadas pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral. A outorga das opções de compra de ações aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração é realizada anualmente, por meio de Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações. Para cada Programa de Outorgas, o Conselho de Administração fixa, observados os critérios gerais do Plano, o número total de ações ordinárias a serem emitidas, os prazos para que a opção de subscrição das ações se torne exercível, o preço de subscrição de ações e o índice de correção do preço até a data do exercício da opção.

b) principais objetivos do plano

Estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas estabelecidas, incentivando os seus principais executivos.

c) forma como o plano contribui para esses objetivo

A remuneração lastreada em ações é uma forma de estimular o executivo beneficiário a agir no sentido de promover o aumento do seu valor como agente direto de seu resultado.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Como remuneração estratégica e variável, a longo prazo, apenas para o nível de Diretoria.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano foi desenvolvido de forma a alinhar interesses da administração aos dos acionistas ao estabelecer que parte da remuneração esteja atrelada ao desempenho do preço da ação no médio e longo prazo, e não somente baseada em indicadores de desempenho de curto prazo como a participação nos resultados. Concessões periódicas de opções de ações, exercíveis no longo prazo, com prazos mínimos de exercício e obrigatoriedade de manter uma parcela dos ganhos auferidos, investidas nas ações da companhia criam os incentivos necessários para estimular o foco no resultado de longo prazo e na geração de valor para os acionistas.

f) número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2008, prevê que as opções outorgadas, não poderão ultrapassar a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 5% das ações de emissão da Companhia.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. A quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de opções abrangidas pelo plano, não podendo ultrapassar a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 5% das ações de emissão da Companhia.

h) condições de aquisição de ações

As opções concedidas somente poderão ser exercidas após o decurso de 01 ano da data de sua outorga, na proporção de, no máximo, 25% ao ano.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço será determinado pelo Conselho de Administração quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos, obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa, e que não poderá ser inferior a média ponderada do preço por ação no mês antecedente a assinatura do Contrato de Adesão, com desconto de até 10%, sendo corrigido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo, da data em que for fixado até a data do efetivo pagamento.

j) critérios para fixação do prazo do exercício

O exercício total das opções pelos beneficiários poderá ser realizado em, no mínimo 4 anos a contar da data da assinatura do respectivo Contrato de Adesão, à razão de $\frac{1}{4}$ ao ano.

k) forma de liquidação

A aquisição das ações objeto da opção exercida deverá ser realizada mediante pagamento à vista.

l) restrição à transferência das ações

Exercida a opção o Beneficiário se compromete de forma irrevogável e irretroatável, a manter em custódia em instituição financeira a ser indicada pela Companhia, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data da aquisição, uma quantidade de ações cujo valor represente 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o valor de mercado das ações resultantes do exercício das opções, e o preço de exercício das opções, na data do exercício.

- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano pode expirar a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia de acionistas da Companhia; (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias da Companhia na bolsa de valores; (d) em virtude de reorganização societária da Companhia; ou (e) pela dissolução ou liquidação da Companhia.

- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de o beneficiário retirar-se da Companhia por sua única e exclusiva vontade, ou por iniciativa da Companhia, por ou sem justa causa, restarão automaticamente extintas de pleno direito todas as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não sejam exercíveis. Na eventualidade de o beneficiário retirar-se da Companhia, por sua única e exclusiva vontade, ou por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caberá ao mesmo o direito de, no todo ou em parte, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da data do desligamento, exercer as opções que já possam ser exercidas. Em caso de falecimento os direitos decorrentes de todas as suas opções exercíveis ou não, estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores pelo prazo adicional de 12 meses a contar da data do óbito. Em caso de aposentadoria do participante, por idade ou tempo de serviço, ou por invalidez permanente, e caso em razão desta ocorra o desligamento do Beneficiário da Companhia, as opções concedidas e exercíveis que ainda não tiverem sido exercidas poderão ser exercidas até o término de vigência da opção.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Consultivo, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social (*)

Órgão	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria ⁽²⁾	Conselho Consultivo ⁽³⁾	Grupo Controlador Difuso ⁽⁴⁾
Quantidade Ações Emissor	6.709	432.070	3.951	36.467.570

(1) As ações detidas pelos Srs. Ivo Hering e Fabio Hering, membros do Conselho de Administração da Companhia, estão contempladas no quadro (4) Grupo Controlador Difuso.

(2) As ações detidas pelo Sr. Carlos Tavares D'Amaral, membro da Diretoria da Companhia, estão também contempladas no quadro (4) Grupo Controlador Difuso.

(3) As ações detidas pelos Srs. Hans Prayon, Marcio Tavares D'Amaral e Dietz Ernst Fritz Linnenkamp, membros do Conselho Consultivo da Companhia, estão contempladas no quadro (4) Grupo Controlador Difuso.

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (*)

	Ano	2010	2011	2012	2013
	Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	(1)
	Nº Membros	7	7	7	(1)
Em Relação a Cada Outorga de Opções de Compra de Ações	Data da Entrega	27/05/2010	04/05/2011	08/05/2012	(1)
	Quantidade de Opções Outorgadas	184.000	265.000	226.800	(1)
	Prazo para que as Opções se Tornem Exercíveis	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo acumular os % p/ o final do período.	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo acumular os % p/ o final do período.	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo acumular os % p/ o final do período.	(1)
	Saldo Opções Pós Desdobramento	552.000	265.000	226.800	(1)
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	27/05/2017	04/05/2018	08/05/2019	(1)
Preço Médio Ponderado de Exercício de Cada um dos Seguintes Grupos de Opções	Prazo de Restrição à Transferência das Ações	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	(1)
	Em Aberto no Início do Exercício Social	R\$ 8,98	R\$ 5,80	R\$ 11,34	(1)
	Pós Desdobramento	R\$ 2,99	R\$ 5,80	R\$ 11,34	(1)
	Perdas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	(1)
	Pós Desdobramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	(1)
	Exercidas Durante o Exercício Social	R\$ 9,57	R\$ 5,07	R\$ 7,68	(1)
	Pós Desdobramento	R\$ 3,19	R\$ 5,07	R\$ 7,68	(1)
	Expiradas Durante o Exercício Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	(1)
	Valor Justo das Opções na Data	R\$ 24,78	R\$ 14,89	R\$ 17,00	(1)

de Outorga

Pós Desdobramento	R\$ 8,26	R\$ 14,89	R\$ 17,00	(1)
Diluição Potencial em Caso de Exercício de Todas as Opções Outorgadas	1,20%	0,92%	R\$ 0,58	(1)
Pós Desdobramento	1,20%	0,92	R\$ 0,58	(1)

(*) O Conselho de Administração não participa do plano.

(1) Ainda não há atribuição de remuneração baseada em ações para o exercício social corrente (2013).

13.7. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo (*)

	Órgão	Diretoria Estatutária			
	Nº Membros	7			
Em Relação às Opções Ainda Não Exercíveis	Quantidade	937.086, na proporção de 25% em cada ano.			
	Data em que se Tornarão Exercíveis	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga
		28/5/2010	29/05/2011	04/05/2012	08/05/2013
		28/5/2011	29/05/2012	04/05/2013	08/05/2014
		28/5/2012	29/05/2013	04/05/2014	08/05/2015
		28/5/2013	29/05/2014	04/05/2015	08/05/2016
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	28/5/2016	27/05/2017	29/05/2018	08/05/2019
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido			
	Preço Médio Ponderado do Exercício	R\$ 24,52			
	Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social	R\$ 22.977.348,72			
Em Relação às Opções Exercíveis	Quantidade	7.500			
	Prazo Máximo para Exercício das Opções.	27/05/2019			

Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido
Preço Médio Ponderado de Exercício.	R\$ 34,75
Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social.	R\$ 260.625,00
Valor Justo do Total das Opções no Último Dia do Exercício Social.	R\$ 260.625,00

(*) O Conselho de Administração não participa do Plano.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais (*)

Ano	2010	2011	2012
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Membros	7	7	7
Em Relação às Opções Exercidas			
Nº de Ações	211.012	708.035	793.785
Nº de Ações Pós Desdobramento	633.036	708.035	793.785
Preço Médio Ponderado de Exercício	R\$ 9,57	R\$ 5,07	R\$ 7,68
Preço Médio Ponderado de Exercício Pós Desdobramento	R\$ 3,19	R\$ 5,07	R\$ 7,68
Valor total da Diferença Entre o Valor de Exercício e o Valor de Mercado das Ações Relativas às Opções Exercidas	R\$ 7.103.855,92	R\$ 21.421.067,05	R\$ 26.951.492,25
Valor total da Diferença Entre o Valor de Exercício e o Valor de Mercado das Ações Relativas às Opções Exercidas Pós Desdobramento	R\$ 15.085.247,88	R\$ 21.421.067,05	R\$ 26.951.492,25
Em Relação às Ações Entregues			
Nº de Ações	211.012	708.035	793.785
Nº de Ações Pós Desdobramento	633.036	708.035	793.785
Preço Médio Ponderado de Aquisição	(1)	(1)	(1)
Preço Médio Ponderado de Aquisição Pós Desdobramento	(1)	(1)	(1)

	Valor Total da Diferença Entre o Valor de Aquisição e o Valor de Mercado das Ações Adquiridas	(1)	(1)	(1)
	Valor Total da Diferença Entre o Valor de Aquisição e o Valor de Mercado das Ações Adquiridas Pós Desdobramento	(1)	(1)	(1)

(*) O Conselho de Administração não participa do Plano

(1) As ações foram objeto de emissão e não de aquisição

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação
Método Black & Scholes

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	4/mai/11	8/mai/12
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	226.800
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83
Preço de fechamento	10,424	11,04	41,50	33,50	45,91
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%
Prazo total	7	7	7	7	7
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17,00

Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183
Quantidade de ações após o desdobramento	1.596.000	912.144	552.000	265.000	226.800

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Nenhuma premissa para antecipação foi considerada.

- d) forma de determinação da volatilidade esperada

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg para os 1º, 2º e 3º programas, e para o 4º programa de 04 de maio de 2011, foi retirada diretamente do serviço Economática. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,42 por ação para o 1º programa, R\$ 11,04 por ação para o 2º programa, R\$ 41,50 para o 3º programa e R\$ 33,50 para o 4º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 04 de maio de 2011, para o 4º programa e 08 de maio de 2012 para o 5º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 à 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 à 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e do período de 28 de maio de 2009 à 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do período de 09 de maio de 2011 à 08 de maio de 2012 para o 5º programa, do serviço Bloomberg e do período de 31 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 para o 4º programa, do serviço Economática, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das Stock Options.

- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi utilizada nenhuma outra característica na mensuração de seu valor justo.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a) Órgão	2012		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros*	-	7	7
c) Nome do Plano	Heringprev		
d) Quantidade de administradores com condições para se aposentar	-	3	3
e) Condições para se aposentar antecipadamente	O participante será elegível a uma Aposentadoria Antecipada qdo preencher, as seguintes condições: 55 anos de idade; mínimo de 10 anos creditado; elegibilidade a uma Aposentadoria pela Previdência Social.		
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência**	-	5.251.860,24	5.251.860,24
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas***	-	196.344,49	196.344,49
h) Possibilidade de resgate antecipado?	Não		
Condições	N.A		

(*) Nr. de membros ao final do exercício

(**) Até o encerramento do exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

(***) Durante o exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a) Órgão	2010				2011				2012			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00
c) Valor da maior remuneração individual*	1.016.440,86	274.669,66	3.547.507,65	1.794.697,06	1.085.733,79	293.092,19	4.312.840,47	2.120.541,50	1.167.945,39	315.239,50	2.566.936,69	1.475.134,82
d) Valor da menor remuneração individual	154.995,22	134.101,82	1.126.830,39	527.127,40	165.277,44	142.998,05	1.313.637,15	605.673,05	177.737,66	153.778,75	1.004.598,40	492.639,36
e) Valor médio de remuneração individual	298.569,49	164.904,35	1.510.975,13	732.931,37	321.086,83	175.970,99	1.803.703,76	857.350,13	342.772,29	189.246,89	1.271.730,05	661.387,70

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentuais da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Consultivo, que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não tem acionista controlador.

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo e da Diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupem, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestada, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não há valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração que não sejam em razão da função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

R\$	2010				2011				2012			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Intern. Serv. Fin. Ltda												
Número de membros	-	-	2,0	2,0	-	-	2,0	2,0	-	-	2,0	2,0
Pro-labore	-	-	12.240,00	12.240,00	-	-	13.060,00	13.060,00	-	-	14.928,00	14.928,00
Textil Santa Catarina Ltda												
Número de membros			1,00	1,00			1,00	1,00			5,00	5,00
Pro-labore			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante:

Não há outras informações a comentar que a Companhia julgue relevantes.